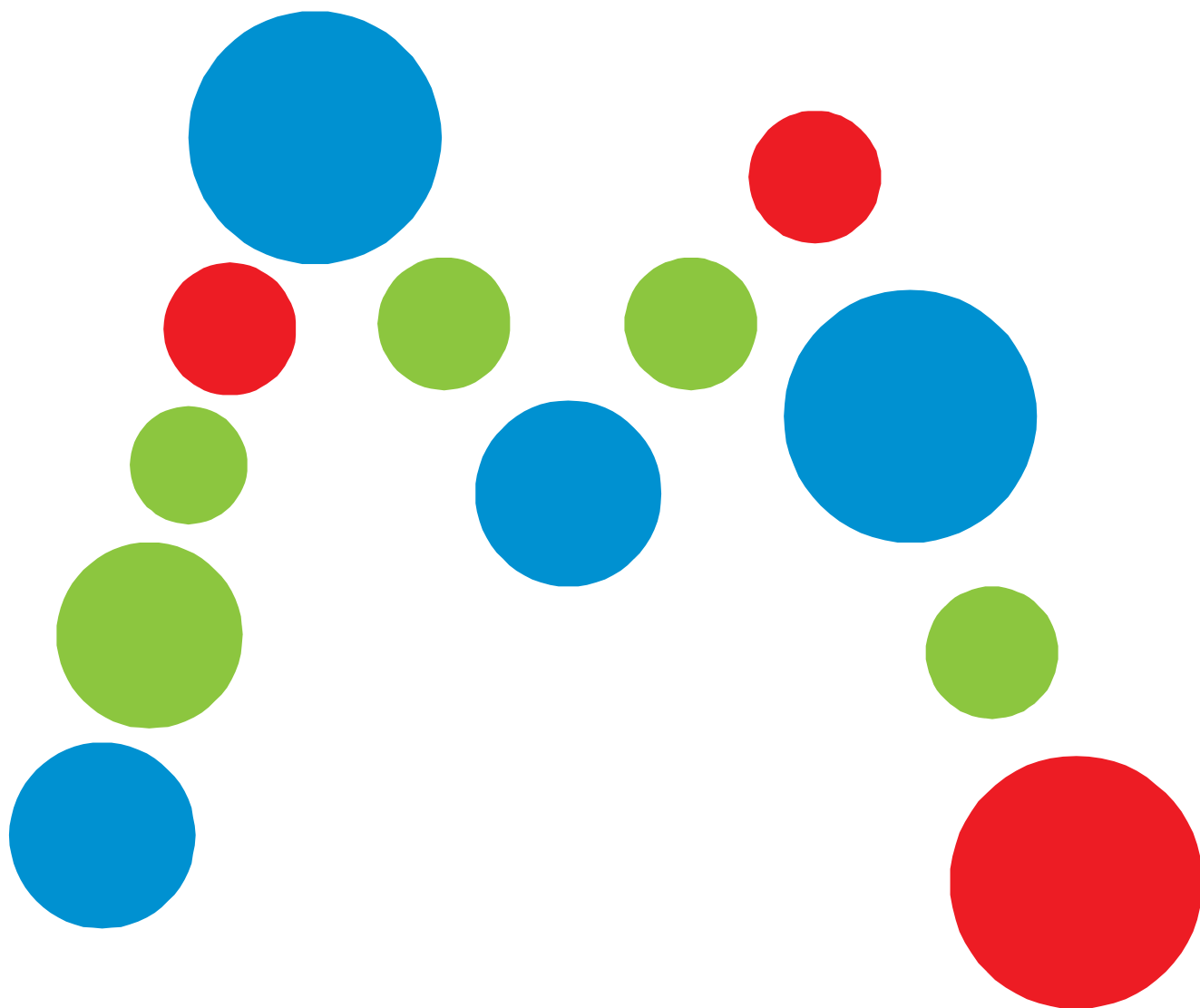


Mercados

informação global



Alemanha Ficha de Mercado

Setembro 2012



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	3
2. Economia	4
2.1. Situação Económica e Perspetivas	4
2.2. Comércio Internacional	12
2.3. Investimento	18
2.4. Turismo	22
3. Relações Económicas com Portugal	23
3.1. Comércio	23
3.2. Serviços	28
3.3. Investimento	30
3.4. Turismo	33
4. Relações Internacionais e Regionais	34
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	35
5.1. Regime Geral de Importação	35
5.2. Regime de Investimento Estrangeiro	36
5.3. Quadro Legal	37
6. Informações Úteis	38
7. Endereços Diversos	40
8. Fontes de Informação	43
8.1. Informação Online aicep Portugal Global	43
8.2. Endereços de Internet	44

1. O País em Ficha

Área:	356.970 km ²
População:	81,7 milhões de habitantes (2011 - estimativa)
Densidade populacional:	228,9 hab./km ² (2011 - estimativa)
Designação oficial:	República Federal da Alemanha
Forma de Estado:	República parlamentar com duas câmaras: Bundestag (câmara baixa) e Bundesrat (câmara alta)
Chefe do Estado:	Joachim Gauck (eleito em março de 2012)
Chanceler Federal:	Angela Merkel
Data da atual Constituição:	23 de maio de 1949
Principais Partidos Políticos:	União Democrática Cristã (CDU); União Social Cristã (CSU); Partido Democrático Livre (FDP); Partido Social Democrata (SPD); Partido de Esquerda; Os Verdes/Aliança 90. As últimas eleições parlamentares tiveram lugar em setembro de 2009 e as próximas estão previstas para outubro de 2013
Capital:	Berlim – 3,4 milhões de habitantes (2008)
Outras cidades importantes:	Hamburgo; Munique; Colónia; Frankfurt; Dortmund; Essen; Stuttgart; Duesseldorf, Bremen; Hannover
Religião:	Cerca de 30% da população é protestante; 31% é católica romana e 4% são muçulmanos (na maioria turcos)
Língua:	Alemão
Unidade monetária:	Euro (EUR). 1 EUR = 1,39 USD (média de 2011)
Risco País:	Risco político: AA Risco de estrutura económica: A Risco país: A (AAA = risco menor; D = risco maior)
Ranking em negócios	Índice 7,86 (10 = máximo) "Ranking" geral: 15 (entre 82 países) (EIU – agosto de 2012)
Risco de crédito:	1 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – março 2012 - http://cgf.cosec.pt)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado (2011):	Exp. + Imp. / PIB = 80,5% Imp. / PIB = 37,2% Imp. / Imp. Mundial = 6,8%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU): Country Report (setembro 2012); ViewsWire (agosto 2012)
WTO – World Trade Organization (abril 2012); COSEC

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

Com 16,3% da população e 20,3% do produto interno bruto (PIB) da União Europeia (UE27), em 2011, a Alemanha é indubitavelmente o primeiro país da União e a locomotiva principal do seu crescimento económico.

Com cerca de 81,7 milhões de habitantes e o quarto maior PIB do mundo, a Alemanha respondia, em 2011, por mais de 8,1% e 6,8% do valor das exportações e importações mundiais, respetivamente, e era o maior mercado europeu e um dos mais competitivos do mundo.

No âmbito das economias destas dimensões, há que realçar o grande peso das exportações alemãs de bens e serviços no PIB (50,2%), em 2011, superando de longe o rácio dos EUA (13,9%), Japão (15,2%) ou França (26,9%), por exemplo, o que explica a importância dos bens transacionáveis, e a relevância crescente do comércio externo na economia alemã.

Tratando-se de uma economia das mais avançadas e desenvolvidas do mundo, a contribuição de 28,6% da indústria para a formação do PIB, em 2011, é considerada elevada, provando que a indústria transformadora e serviços conexos são ainda o coração da economia alemã (em 2009, a indústria transformadora alemã participava com 26% no *output* da indústria transformadora comunitária, refletindo a grande importância dos bens transacionáveis na economia do país).

Das cinco maiores economias da UE27, a alemã foi a que mais rapidamente recuperou após o agravamento da crise económico-financeira mundial em 2009, tendo registado uma taxa cumulativa de crescimento de 7,7% do PIB no biénio subsequente à crise (3,7% no conjunto da UE).

Sem dúvida que a chave da recuperação surpreendentemente rápida da economia alemã se ficou a dever não só à expansão relativamente dinâmica da economia e comércio mundiais como também ao aproveitamento célere, por parte das empresas alemãs, das oportunidades de negócio entretanto surgidas.

Todavia, em consequência do agravamento das dificuldades económicas, resultante das medidas severas de austeridade implementadas em toda a UE27 e, em especial, na Zona Euro, devido ao agravamento persistente da crise da sua dívida soberana, a taxa de crescimento do PIB alemão deverá desacelerar acentuadamente de 3,1% em 2011 para 0,7% em 2012 (-0,4% na UE27), prevendo-se que a partir de então e até 2016 a taxa de crescimento do PIB alemão fique sempre ligeiramente aquém da taxa de crescimento do PIB da UE27, o que se poderá explicar pela contenção/retração da procura externa dos seus principais parceiros económicos da comunidade europeia, e pela maior incidência das exportações na sua economia.

É de assinalar que, dado o nível de integração em tão ampla escala da economia alemã, o aumento da procura externa impulsiona o crescimento económico de forma mais abrangente e durável, com um impacto positivo que se repercute muito mais além da indústria exportadora, quer através da dinamização da formação bruta de capital fixo, do consumo privado ou do mercado laboral, do que o provocado pelo estímulo da procura interna, cuja procura adicional é canalizada em grande medida para as importações. Em síntese, pode dizer-se que a expansão/contração da atividade económica alemã depende significativamente da evolução da procura externa.

Igualmente são de realçar os intensos laços financeiros alemães com o resto do mundo, pelo forte impacto que podem ter no crescimento económico do país. O saldo da Posição de Investimento Internacional, definidor da posição externa líquida alemã, era, em 2010, segundo o *Deutsche Bundesbank*, de cerca de 951 mil de milhões de EUR, isto é de cerca de 38,4% do PIB, representando os ativos no estrangeiro 256% do PIB alemão, e os passivos em relação ao estrangeiro 217% do PIB, tendo o saldo crescido de cerca de 834 mil milhões de EUR em 2009 para 951 mil milhões de EUR em 2010 (+14%), aumento esse resultante principalmente do excedente da conta corrente bem como de efeitos cambiais e dos preços do ouro. Tendo em consideração que mais de 42% dos ativos no estrangeiro se encontravam, em 2010, alocados a produtos marcadamente voláteis, no âmbito de investimentos de carteira e derivados, representando aproximadamente 108% do PIB, é óbvia a elevada exposição da economia alemã à evolução da conjuntura económica mundial em geral, o que poderá explicar, pelo menos parcialmente, a posição ortodoxa alemã no tocante às políticas monetária e financeira.

Sem dúvida que a evolução da crise da dívida soberana da Zona Euro se apresentará, nos próximos anos, como o maior desafio e a maior ameaça à estabilidade económica alemã. Além de ter já criado algum incómodo entre os países da Zona Euro e da UE, em geral, a crise figura como uma ameaça potencialmente séria ao crescimento económico do país, e mina a confiança da opinião pública e do mundo de negócios, tanto internos como externos, na solidez dos alicerces da UE em geral, e da União Monetária, em especial.

Algumas questões centrais têm vindo e continuarão a ocupar a política económica alemã:

- Restabelecimento do equilíbrio orçamental graças à prossecução de um pacote de medidas de consolidação, no período de 2011-2014, tendo em vista a redução da carga fiscal em 80 mil milhões de euros;
- Superação da elevada exposição ao risco da dívida soberana estrangeira, sobretudo da Zona Euro, e disponibilização de meios necessários que possibilitem a resolução de dificuldades bancárias, especialmente dada a necessidade de maiores rácios de capital em conformidade com os acordos de Basileia III, através de uma reforma legislativa tendente à renovação da regulamentação do setor bancário com a implementação de um método seguro de combate à insolvência dos bancos

sistemicamente importantes, bem como de uma taxa sobre os balanços destinada à constituição de um fundo de apoio ao setor financeiro em eventuais crises futuras, num montante de 70 mil milhões de EUR;

- Reforma generalizada do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e sua substituição pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (fundo de resgate permanente da Zona Euro). Sem dúvida que o fim do euro seria o maior revés económico e político dos últimos 60 anos para a Alemanha e a negação das conquistas alcançadas no sentido da construção e integração de Europa. A Alemanha continuará a persistir na necessidade da fixação de medidas e ações corretivas duras, cruciais para a estabilidade da Zona Euro, no sentido do reforço do fundo de resgate e ampliação de poderes *versus* diminuição de direitos soberanos dos beneficiários. Todavia, os esforços de identificação do interesse geral com interesses específicos tendem a aumentar as divisões políticas e económicas no seio da UE e, a longo prazo, a dificultar a vivência em comum. Torna-se cada vez mais pesada e de consequências indesejáveis a tendência a dar-se prioridade a considerações políticas nacionais negligenciando-se o imperativo de uma solução fundamental, decisiva e inatacável para a crise da dívida soberana. Em verdade, a resposta à crise, como concebida pela Alemanha, pode levar a uma Zona Euro diferente da atual se os cortes fiscais exigidos aos países periféricos vierem a revelar-se de implementação económica e politicamente impossível.
- Em 12 de setembro, mediante uma decisão preliminar, o Tribunal Constitucional Alemão rejeitou uma petição de bloqueamento da ratificação do fundo de resgate permanente europeu – o Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE) – e do proposto “compacto fiscal”. Como, dos países da Zona Euro, só a Alemanha não tinha ainda ratificado o MEE, aquela decisão preliminar abre agora o caminho para a sua entrada em vigor em 2013. Além disso, a decisão do tribunal parece deixar a porta entreaberta à Alemanha para aceitar a compra, em maior escala, de títulos soberanos pelo BCE, no âmbito do novo programa de “Transações Monetárias Definitivas”, até ao montante em que possa ser justificado por razões de política monetária.
- O tribunal argumentou que o MEE permanece dentro das fronteiras da Constituição alemã no pressuposto de estarem reunidas duas condições: a) que as responsabilidades financeiras alemãs resultantes do MEE não possam exceder os 190 mil milhões de Euros da sua contribuição (27%) para o capital do fundo sem o voto formal do Bundestag; b) que a confidencialidade dos acordos realizados no âmbito do MEE não possam impedir o acesso dos membros do Bundestag à informação de que necessitam tendo em vista a monitorização da nova instituição.
- Cumpridas que estão estas duas condições, nada impede agora a promulgação da lei, já aprovada pelo Bundestag, pelo presidente federal alemão.

- O Tribunal Constitucional considera ainda que, mesmo no âmbito de um sistema de soberania partilhada, a fonte última do poder político reside no povo alemão – o soberano -, ou seja, que não há limites para a delegação de poderes pelos decisores políticos desde que o Bundestag tenha a última palavra sobre os assuntos em questão.
- Todavia, o Tribunal Constitucional é mais cético no tocante à constitucionalidade das ações do BCE, proibindo basicamente o acesso do MEE às operações de refinanciamento do BCE, a fim de aumentar os recursos potenciais do fundo, como foi proposto por alguns membros da Zona Euro. Em sua opinião isso equivaleria a um financiamento direto dos governos (impressão de dinheiro), o que não é permitido pelos estatutos do BCE.
- Também a compra de títulos de dívida soberana no mercado secundário pelo BCE, com base no novo programa de “Transações Monetárias Definitivas”, deveria ser proibida se o objetivo primário fosse o financiamento de orçamentos governamentais “independentemente dos mercados de capital”. A implicação desta posição é que, do ponto de vista do tribunal, não é necessariamente o total do montante monetário dispendido pelo BCE na compra de títulos soberanos – e, daí, o risco direto para os contribuintes alemães no caso de incumprimento do emitente do título – que é essencial, mas sim a intenção por detrás da intervenção do BCE. Assim o tribunal não invocou o princípio da autonomia orçamental mas antes o princípio da estabilidade monetária, a qual está consagrada na Constituição alemã. Isto pode até deixar a porta entreaberta para a aceitação da compra de títulos soberanos em maior escala, se tal puder ser justificado por razões de política monetária. Em verdade, é isto que o BCE está a tentar fazer, argumentando basicamente que a sua intervenção mais agressiva tem por objetivo assegurar que a sua política monetária seja mais uniformemente transmitida em toda a Zona Euro.
- Sem dúvida que a superação da crise da dívida soberana da Zona Euro se apresenta como o maior desafio e risco para a estabilidade económica, financeira e política alemã nos próximos anos, uma vez que a preservação da Zona Euro acabará por levar à concretização de algumas políticas internas impopulares, dada a posição de credor dominante da Alemanha.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2009	2010	2011	2012 ^a	2013 ^b	2014 ^b
População	Milhões	81,8	81,7	81,7 ^a	81,7	81,8	81,9
PIB a preços de mercado	10 ⁹ EUR	2.375	2.477	2.571	2.620	2.675	2.760
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	3.308	3.286	3.578	3.349	3.377	3.457
PIB per capita	USD	40.443	40.219	43.807 ^a	41.002	41.301	42.216
Crescimento real do PIB	%	-5,1	3,6	3,1	0,7	0,6	1,5
Consumo privado	Var. %	0,0	0,6	1,4	1,0	0,6	1,0
Consumo público	Var. %	3,3	1,7	1,1	1,4	1,0	1,3
FBCF	Var. %	-11,4	5,2	6,6	-0,2	1,4	3,1
Taxa desemprego – médio	%	7,8	7,1	6,0	5,5	5,7	5,8
Taxa de inflação – média	%	0,2	1,2	2,5	1,9	1,7	2,1
Dívida pública	% do PIB	74,4	83,0	81,2	82,0	81,5	79,9
Saldo do setor público	% do PIB	-3,2	-4,3	-1,0	-1,0	-0,8	-0,6
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	198,1	200,7	204,3	185,4	174,7	165,3
Saldo da balança corrente	% do PIB	6,0	6,1	5,7	5,5	5,2	4,8
Taxa de câmbio – média	1EUR=USD	1,39	1,33	1,39 ^a	1,28	1,26	1,25

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Estimativa;
(b) Previsão

No período de 2007-2011, o PIB alemão cresceu a uma taxa média real de 1,2% ao ano, superando claramente a da UE27 (0,5%). De um modo geral, pode dizer-se que, naquele período, com exceção de 2009, ano do maior agravamento da crise económico-financeira mundial, praticamente todas as variáveis determinantes do PIB contribuíram de forma mais ou menos acentuada, alternada e positiva para a expansão da atividade económica alemã, com realce para os contributos das exportações líquidas e, no âmbito da procura, da formação bruta de capital fixo e das existências, enquanto que o papel do consumo público e privado foi, sem dúvida, menos relevante.

O agravamento da crise económico-financeira mundial, em 2009, figura como um marco indelével na dinâmica da evolução da atividade económica, tanto a nível mundial quanto a nível alemão. Todavia, enquanto que o PIB mundial registou uma contração de 2,5% e o da UE27 de 4,4%, a atividade económica alemã registou uma contração significativamente maior de 5,1% (a maior da história da República Federal Alemã), sofrendo, portanto, um impacto negativo mais grave da crise mundial. Em verdade, pode dizer-se que os efeitos negativos da crise financeira tinham começado a sentirem-se já em 2008, quando a taxa de crescimento do PIB desacelerou de 3,4% em 2007 para 0,8% em 2008.

Contudo, é de assinalar que a economia alemã recuperou mais rapidamente da forte contração de 2009 do que o resto da economia comunitária. Com efeito, enquanto que, no biénio subsequente ao agravamento da crise, em 2010 e 2011, o PIB da UE27 cresceu apenas 3,7%, a economia germânica registou uma taxa cumulativa de crescimento de 6,7%, demonstrando a sua pujança económica, sobretudo tendo em consideração que as incidências dos efeitos contractivos do agravamento da crise da dívida soberana da Zona Euro foram incomparavelmente mais acentuadas aqui do que no resto da economia comunitária.

No cômputo geral e em síntese, pode dizer-se que, além das medidas imediatas tomadas tendo em vista a estabilização dos mercados financeiros, a ação fiscal, resoluta e abrangente, de estímulo da economia, proteção do emprego e modelo social, foi fundamental para a superação relativamente rápida da paralisia da economia alemã, na sequência da insolvência do banco de investimento *Lehman Brothers*, em setembro de 2008.

Segundo as previsões do *Economist Intelligence Unit* (EIU), a taxa de crescimento do PIB alemão deverá registar uma forte desaceleração em 2012 e 2013, não devendo ultrapassar 0,7% e 0,6%, respetivamente (3,1% em 2011), seguindo-se uma aceleração notável no período de 2014-2016, onde a taxa média de crescimento anual do PIB deverá alcançar 1,4%. Esta evolução ficar-se-á a dever a um comportamento pouco dinâmico da procura interna e, principalmente, aos contributos positivos menores da procura externa, em consequência principalmente da consolidação orçamental levada a cabo nos países da UE27 em geral e da Zona Euro em particular.

Após uma contração da taxa média de crescimento do PIB da UE27 de 1,6% em 2011 para -0,4% em 2012, prevê-se uma taxa média anual de crescimento do PIB comunitário ligeiramente superior ao da economia alemã até finais de 2016, o que poderá afinal significar uma maior sensibilidade da economia alemã aos efeitos negativos do agravamento da crise da dívida soberana da Zona Euro do que até agora comumente julgado.

Em resumo, a partir de 2012, embora mantendo o seu papel de locomotiva do crescimento económico comunitário, o PIB alemão deverá aumentar a um ritmo bastante inferior ao registado no biénio subsequente ao agravamento da crise mundial. Em última análise, este abrandamento ficar-se-á a dever antes de tudo à rápida degradação das perspetivas conjunturais, resultante do agravamento da crise da dívida soberana da Zona Euro e, daí, da contenção fiscal gravosa levada a cabo na Alemanha e nos seus principais mercados de exportação da UE.

A taxa de inflação média, que montou a 2,7% em 2008, devido principalmente à forte subida dos preços do petróleo e dos géneros alimentares no mercado internacional, diminuiu para 0,2% em 2009, refletindo fundamentalmente a contração da atividade económica, traduzida numa quebra assinalável da procura interna (-2,6%), bem como as quebras mais ou menos acentuadas dos preços dos combustíveis e matérias-primas no mercado mundial.

Em 2010, a taxa média de inflação subiu para 1,2%, em consonância com a recuperação da atividade económica e da procura interna (2,3%), e acelerou para 2,5% em 2011, refletindo não só um patamar mais elevado de preços dos combustíveis e outras *commodities* no mercado internacional, como também um aumento sensível, em cadeia, do número de empregados de 1,4%.

As previsões apontam para uma desaceleração da taxa média de inflação para 1,9% e 1,7%, em 2012 e 2013, respetivamente, em conformidade com a desaceleração da atividade económica e da procura interna, bem como da baixa de preços das *commodities*.

É de realçar que em apenas 4 dos 12 anos do período de 2000-2011 o aumento dos salários reais superou o aumento da produtividade do trabalho, e, em 5 anos, o aumento foi até negativo, o que explica, em parte, uma taxa de inflação média alemã sempre inferior à taxa de inflação média da UE e a forte competitividade da economia alemã nos mercados externos.

A taxa média de desemprego que caíra de 11,2% em 2005 para 7,5% em 2008, subiu ligeiramente para 7,8% em 2009, apesar da forte contração da atividade económica, o que se terá ficado a dever, antes de tudo, à ação fiscal, resoluta e abrangente, de estímulo da economia, proteção do emprego e modelo social. Diminuiu para 7,1% e 6% em 2010 e 2011, respetivamente, devendo, segundo as previsões do EIU, baixar para 5,5% em 2012, e, depois, aumentar gradualmente até 5,9% em 2016, continuando, contudo, bastante aquém da taxa registada em 2009, refletindo os efeitos positivos das medidas governamentais tomadas em favor da proteção do emprego.

No cômputo geral e em síntese, não houve, em termos absolutos, declínio no número de empregados de 2008 para 2009, não obstante a forte quebra na atividade económica do país, tendo-se, pelo contrário, registado um aumento de cerca de 100.000 empregos, devido principalmente ao crescimento do número de trabalhadores em serviços sociais de financiamento público, de empregos a tempo parcial, à redução do horário de trabalho, tolerando as empresas uma redução assinalável da produtividade do trabalho (-5,1%, em 2009), o que compensou, assim, a diminuição do emprego na indústria e nos setores de prestação de serviços às empresas. Aliás, tem vindo a registar-se um aumento paulatino mas contínuo do número de empregados desde 2007, apontando as previsões para a manutenção desta tendência nos próximos anos.

A prossecução de esforços tendo em vista a consolidação orçamental, traduzidos principalmente numa redução mais acentuada da carga fiscal de 48,5% do PIB em 2003 para 43,5% do PIB em 2007 (-5 pontos percentuais) do que das receitas fiscais de 44,3% para 43,7% do PIB (-0,6 pontos percentuais), levou a uma melhoria assinalável do saldo orçamental de -4,2% para 0,2% do PIB, naquele período.

Contudo, esta evolução positiva foi interrompida em consequência da repercussão dos efeitos negativos da crise financeira mundial na economia alemã, tendo contraído o saldo orçamental para -0,1% do PIB em 2008, e, posteriormente, agravado para -3,2% e -4,3% do PIB em 2009 e 2010, respetivamente.

Neste período, a carga fiscal aumentou de 43,5% do PIB em 2007 para 47,9% do PIB em 2010 (com um pico de 48,1% do PIB em 2009), enquanto que as receitas diminuíam de 43,7% para 43,6% do PIB (com um pico de 44,9% do PIB em 2009). Sem dúvida que o agravamento dos efeitos da crise económico-financeira mundial, o despoletar da crise da dívida soberana da Zona Euro e as medidas tomadas de carácter essencialmente fiscal no sentido de sua superação se repercutiram negativamente no saldo fiscal germânico.

Em 2011, a combinação, em cadeia, de um corte nas despesas fiscais (-2,3 pontos percentuais) com um aumento das receitas (1,1 pontos percentuais) levou a uma diminuição significativa do saldo orçamental para -1% do PIB, devendo manter-se este rácio em 2012, prevendo-se a sua redução até -0,1% do PIB em 2016, graças à contração das despesas (-1,2 pontos percentuais) e, em menor medida, das receitas fiscais (-0,3 pontos percentuais), refletindo sobretudo a política em curso de austeridade fiscal na UE27 e, em especial, na Zona Euro.

Em termos de défice orçamental, a Alemanha encontra-se, sem dúvida, numa melhor situação que outros países (EUA, Reino Unido, França, etc.), procurando servir de exemplo a outros países da Zona Euro, embora a dívida pública alemã continue relativamente elevada.

A dívida pública subiu de 65,2% do PIB em 2007, para 66,7% e 74,4% do PIB em 2008 e 2009, respetivamente, até 83% do PIB em 2010, refletindo principalmente os efeitos negativos da crise económico-financeira mundial na economia alemã, das medidas imediatas tomadas tendo em vista a estabilização dos mercados financeiros, e da ação fiscal, resoluta e abrangente, de estímulo à economia, proteção do emprego e modelo social.

Em consequência da política de consolidação orçamental em curso no âmbito da UE27 e, em especial, da Zona Euro, a dívida pública diminuiu para 81,2% do PIB em 2011 e, após uma previsível subida para 82% do PIB em 2012, deverá cair paulatinamente até 76,9% do PIB em 2016 (-6,1 pontos percentuais, em relação a 2010).

Do agravamento dos efeitos negativos da crise económico-financeira mundial na economia alemã resultou uma quebra no saldo da balança corrente de 248,8 mil milhões de USD em 2007 para 226,3 e 198,1 mil milhões de USD em 2008 e 2009 (-20,4%), respetivamente, ou seja, de 7,5% do PIB para 6,2% e 6% do PIB, respetivamente. Esta evolução desfavorável do saldo da balança corrente ficou a dever-se, antes de mais, ao comportamento menos favorável da balança comercial, cujo saldo regrediu de 8,2% do PIB em 2007 para 5,6% do PIB em 2009, comprovando-se, assim, a forte orientação exportadora da economia alemã e, daí, também, a grande importância das exportações para o seu crescimento.

Após uma ligeira recuperação do saldo corrente para 6,1% do PIB, em 2010, graças principalmente à subida do saldo comercial para 6,3% do PIB naquele ano, as previsões apontam para uma regressão paulatina do saldo corrente até 4,7% em 2016, em consonância com a diminuição contínua de peso do saldo comercial na balança corrente.

Em conformidade com a posição liderante da economia alemã no seio da UE27, é de notar o papel positivo dos saldos comercial e de rendimentos no saldo da balança corrente em oposição ao papel negativo dos saldos das balanças de serviços e transferências.

De um modo geral e em síntese, a tendência descendente apontada para o saldo da balança corrente resultará principalmente da diminuição prevista do peso do saldo da balança comercial no PIB, em consequência de uma procura externa acentuadamente deprimida, fruto da contenção fiscal prosseguida nos principais parceiros comerciais, acompanhada de uma procura interna contida, bem como da manutenção de um saldo igualmente deprimido da balança de rendimentos.

2.2. Comércio Internacional

A Alemanha desempenha um papel fundamental nas relações comerciais internacionais, ocupando, em 2011, o 3º lugar no *ranking* mundial de exportadores (atrás da China e EUA), com 8,10% do valor global das exportações mundiais, e o 3º lugar no de importadores (atrás dos EUA e China), respondendo por 6,80% do valor global das importações mundiais.

Perdendo, em 2011, em relação a 2007, dois lugares no *ranking* mundial de exportadores, e um lugar no de importadores, a participação da Alemanha no valor global das exportações mundiais tem vindo também a perder peso, de 9,44% em 2007 para 8,10% em 2011, sobretudo em favor da China que viu subir o seu peso de 8,72% para 10,4%. Em termos das importações mundiais, a Alemanha desceu de 7,38% para 6,80%, contrariamente à China que viu subir o seu peso de 6,68% para 9,50%, naquele mesmo período.

Entre 2007 e 2011, as exportações alemãs cresceram a uma taxa média de 7,6% ao ano, e as importações a uma taxa de 8,5% ao ano. Pode dizer-se que deste diferencial de crescimento resultou uma diminuição da taxa de cobertura das importações pelas exportações de 125,3% para 116,1%, bem como do saldo da balança comercial de 8,2% do PIB para 6% do PIB, naquele período. Por outro lado, a participação das exportações no PIB reforçou-se ligeiramente de 40,7% para 43,2% e a das importações subiu de 32,5% para 37,2%, o que explica a diminuição da participação do saldo da balança comercial no PIB de 8,2% para 6%. Finalmente, o grau de abertura da economia alemã ao estrangeiro subiu de 73,1% para 80,5%, refletindo a pujança do setor dos bens transacionáveis e a evolução mais dinâmica da balança comercial que do PIB.

Sem dúvida que o agravamento da crise económico-financeira mundial em 2009 e, posteriormente, o aumento das incertezas ligadas ao agravamento da crise da dívida soberana da Zona Euro deixaram marcas indeléveis no relacionamento da economia alemã com o exterior. Com efeito, as exportações registaram uma contração de 22,2% e as importações de 20,4%, em relação a 2008, com uma regressão assinalável do saldo comercial de 7,3% do PIB em 2008 para 5,6% do PIB em 2009; no biénio anterior ao agravamento, as exportações cresceram cumulativamente 30,2% e no biénio subsequente registaram

um crescimento cumulativo efetivo de apenas 8% (deduzindo a contração de 22,2%), tendo as importações crescido cumulativamente no primeiro biénio 29,8% e apenas 12,5% no segundo (deduzindo a contração de 20,4%).

Assim, a diminuição da participação das exportações no PIB de 41,3% em 2008 para 35,3% em 2009 (-6 pontos percentuais), bem como a das importações de 34% para 29,7% (-4,3 pontos percentuais), acusando as exportações uma maior sensibilidade à crise, dada a maior dificuldade de influência dos agentes económicos sobre esta variável, reflete um retrocesso significativo do comércio externo, em consequência da crise económico-financeira mundial e da abertura assinalável da economia germânica ao exterior, retrocesso esse ainda mais expressivo no parâmetro da taxa de abertura da economia alemã exterior que caiu de 75,3% do PIB para 65,1% do PIB (-10,2 pontos percentuais), refletindo a elevada sensibilidade do comércio externo às oscilações da conjuntura internacional.

Em termos absolutos, apenas no 4º trimestre de 2011 terão sido alcançados os valores exportados e importados pela Alemanha em 2008, deixando claro o impacto negativo da crise económico-financeira mundial e da dívida soberana da Zona Euro na economia do país.

No período de 2011-2016, as estimativa/previsões apontam para um aumento assinalável (quicá demasiado otimista, dado o avolumar das dificuldades no seio da UE e, em especial, da Zona Euro) de 11,4 pontos percentuais da participação das exportações no PIB, e de 12,5 pontos percentuais na das importações, significando, por um lado, um crescimento acentuadamente mais dinâmico da balança comercial do que do PIB, o que é positivo, e, por outro, uma alteração estrutural da balança comercial apenas marginal, dado o pequeno diferencial de crescimento das duas variáveis, figurando assim como um contributo pouco expressivo para a atenuação dos desequilíbrios comerciais no seio da UE.

Evolução da balança comercial

(10 ⁹ USD)	2007	2008	2009	2010	2011
Exportação fob	1.354,3	1.502,7	1.169,3	1.315,0	1.547,2
Importação fob	1.080,8	1.235,4	983,8	1.106,4	1.332,6
Saldo	273,5	267,2	185,5	208,6	214,6
Coeficiente de cobertura (%)	125,3	121,6	118,9	118,9	116,1
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	1 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	3 ^a
Como importador	2 ^a	2 ^a	3 ^a	3 ^a	3 ^a

Fontes: EIU; WTO – World Trade Organisation 2011

Embora, nos últimos anos, tenha vindo a perder alguma quota de mercado, a UE27 continua sendo o principal parceiro comercial da Alemanha, tendo, em 2011, absorvido 58,6% das exportações e fornecido 62,2% das importações, destacando-se a França como principal parceiro comercial do lado das exportações e a Holanda do lado das importações, seguidas da Holanda, Reino Unido, Itália e Áustria como clientes, e da França, Bélgica, Itália e Reino Unido como fornecedores.

Em 2011, com uma quota de mercado de 9,5%, a França surgia à cabeça no *ranking* de clientes, enquanto que a Holanda, com uma quota de mercado de 12,9%, se destacava no *ranking* de fornecedores.

No mesmo ano, Portugal ocupava o 31º lugar no *ranking* de clientes, com uma quota de mercado de 0,7%, e o 30º lugar enquanto fornecedor, com uma quota de mercado de 0,5%, tendo, em relação a 2009, perdido quatro lugares como cliente e baixado a sua quota de 0,77% para 0,66% (-14,3%), e dois lugares como fornecedor, mas mantido relativamente estável a sua quota de mercado. A Alemanha estava muito melhor colocada na balança comercial portuguesa, tanto no que respeita a *ranking* quanto a quotas, do que Portugal na alemã, refletindo a dimensão incomparavelmente superior da economia e do mercado alemães.

Fora da UE, em 2011, no grupo dos 10 primeiros clientes, destacavam-se os EUA, China e Suíça; no dos 10 primeiros fornecedores surgiam a China, EUA e Suíça. Em especial, é de realçar a subida do posicionamento da China do 8º em 2009 para o 4º lugar em 2011 e da sua quota de mercado de 4,7% para 6,1% (31,1%), no *ranking* de clientes.

É esclarecedor o facto da Alemanha realizar com os seus vizinhos 38,9% do valor global de suas exportações e de 44,6% das importações, provando, assim, saber como tirar partido da sua centralidade geográfica.

Segundo o *World Trade Atlas* (WTA) a balança comercial alemã contabilizou com a UE27, em 2011, um saldo positivo de cerca de 82.429 milhões de USD (37,8% do saldo global), tendo registado os seus maiores saldos positivos com a França e o Reino Unido (45.721 e 31.084 milhões de USD, respetivamente), e os seus maiores saldos negativos com a Holanda e a Bélgica (68.713 e 13.640 milhões de USD, respetivamente).

Fora da UE, registou os seus maiores saldos positivos com os EUA e a Suíça (51.930 e 15.827 milhões de USD, respetivamente), e os seus maiores saldos negativos com a Noruega e o Japão (5.975 e 4.187 milhões de USD, respetivamente).

É de realçar que, tendo-se verificado, nos últimos anos, um agravamento contínuo do saldo da balança comercial alemã com a China (-12.415 milhões de USD em 2010), em 2011 registou-se um saldo positivo de 553 milhões de USD.

Principais Clientes

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	0,77	27 ^a	0,81	24 ^a	0,66	31 ^a
França	10,07	1 ^a	9,40	1 ^a	9,54	1 ^a
EUA	6,73	2 ^a	6,83	2 ^a	6,90	2 ^a
Holanda	6,49	4 ^a	6,50	3 ^a	6,35	3 ^a
China	4,66	8 ^a	5,64	6 ^a	6,11	4 ^a
Reino Unido	6,60	3 ^a	6,14	4 ^a	6,07	5 ^a
Itália	6,25	5 ^a	6,14	5 ^a	5,83	6 ^a
Áustria	5,62	6 ^a	5,43	7 ^a	5,38	7 ^a
Suíça	4,30	9 ^a	4,29	9 ^a	4,41	8 ^a
Bélgica	5,16	7 ^a	4,66	8 ^a	4,38	9 ^a
Polónia	3,84	11 ^a	3,94	10 ^a	4,09	10 ^a
UE	61,79		59,64		58,59	

Fonte: WTA

Principais Fornecedores

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	0,52	28 ^a	0,50	30 ^a	0,52	30 ^a
Holanda	12,17	1 ^a	12,64	1 ^a	12,94	1 ^a
França	8,23	2 ^a	7,85	3 ^a	7,56	2 ^a
China	6,81	4 ^a	7,91	2 ^a	7,13	3 ^a
Bélgica	7,05	3 ^a	6,51	4 ^a	6,23	4 ^a
Itália	5,60	5 ^a	5,29	5 ^a	5,35	5 ^a
Reino Unido	4,67	6 ^a	4,56	6 ^a	4,64	6 ^a
Áustria	4,34	7 ^a	4,37	7 ^a	4,40	7 ^a
EUA	4,21	8 ^a	4,09	8 ^a	3,96	8 ^a
República Checa	3,72	10 ^a	3,81	10 ^a	3,95	9 ^a
Suíça	4,05	9 ^a	3,90	9 ^a	3,91	10 ^a
UE	63,42		62,18		62,21	

Fonte: WTA

Os dados mais recentes disponíveis, relativos aos principais produtos transacionados pela Alemanha em 2011, permitem relevar os seguintes aspetos:

- Forte peso dos produtos de elevado grau tecnológico (de alta e média-alta intensidade tecnológica) e de maior valor acrescentado, de ambos os lados da balança comercial, embora com maior peso do lado das exportações. Com efeito, no conjunto dos dez primeiros grandes grupos de produtos abaixo indicados (69,1% e 63,3% do valor global das exportações e importações, respetivamente), os de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, veículos e outro material de transporte, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, produtos farmacêuticos, instrumentos de ótica, medida, controle e os de aeronaves e outros aparelhos aéreos representavam 57,1% do valor global das exportações; se a estes juntarmos o grupo dos produtos químicos orgânicos, os produtos de elevado teor tecnológico representavam 43,2% das importações alemãs, o que reflete bem o grau de desenvolvimento da economia alemã, a qualidade dos seus produtos e o porquê de ter figurado durante seis anos consecutivos (2003-2008) como o maior exportador mundial e o segundo maior no *ranking* mundial de importadores;
- O diferencial de 13,9 pontos percentuais, na amostra da balança comercial, de produtos de elevado grau tecnológico em favor das exportações traduz uma economia altamente desenvolvida e competitiva, em conformidade com o facto da Alemanha ser também um dos principais países inovadores do mundo;
- Usufruindo de renome mundial e sendo um dos países mais inovador no setor industrial, (25% das patentes de engenharia mecânica registadas a nível mundial, em 2010), a indústria alemã de máquinas e equipamentos é a maior e mais forte de Europa e líder mundial das exportações (16,8% das exportações mundiais de máquinas e equipamentos, em 2011), refletindo uma grande tradição produtiva, um desenvolvimento tecnológico de ponta e uma base industrial amplamente diversificada, o que explica a sua posição cimeira em ambos os lados da balança comercial;
- Com uma tradição de mais 125 anos, a Alemanha deve muito da sua fama de potência industrial à indústria automóvel. Sendo a maior indústria alemã em termos de volume de negócios, com uma produção de 5,9 milhões de carros, em 2011, mais de 1/3 das capacidades produtivas instaladas a nível europeu, 32% dos veículos novos registados na Europa trazendo a etiqueta *Made in Germany*, uma média de 10 novos registos de patentes por dia, fazendo da Alemanha o campeão mundial de patentes automóveis, tudo isso explica o peso do setor em ambos os lados da balança comercial;
- Com uma taxa média de crescimento real de 3,1% ao ano no período de 1960-2010, desempenhando um papel fundamental na economia do país, a indústria química alemã é líder europeia em termos de produção, consumo e gastos em I&D, a 4ª maior a nível mundial e líder mundial de exportações de produtos químicos (11,5% das exportações mundiais, em 2010), sendo de realçar, também, no seu âmbito, a indústria farmacêutica alemã – a 4ª maior do mundo, a 2ª maior de biofármacos, somente atrás dos EUA, a mais intensiva das indústrias alemãs em I&D (13,7% das receitas de vendas, a 1ª europeia em termos de patentes registadas por milhão de habitantes e a 3ª do mundo), exportando cerca de 54% de sua produção, em 2009;

- Já há mais de 150 anos que a indústria elétrica e eletrónica alemã vem sendo uma força fundamental na condução do progresso tecnológico do país. Sem dúvida que os primeiros telefone, motor elétrico e computador programável “Made in Germany” foram realizações notáveis, tornando possível que hoje em dia mais de metade dos produtos e serviços fornecidos por aquela indústria sejam exportados;
- A Alemanha é o peso pesado da indústria de plásticos europeia, tanto em termos de produção como de consumo (31% e 24%, respetivamente, em 2009), e também líder europeu de exportações e importações de plásticos e suas obras, em consonância com o seu elevado posicionamento em ambos os lados da balança comercial
- A primeira posição dos combustíveis/óleos minerais no valor global das importações, reflete a escassez do subsolo alemão (com exceção de carvão) neste tipo de matérias-primas. Todavia, apesar da Rússia ser o principal fornecedor de combustíveis à Alemanha, a balança comercial germano-russa registava um saldo positivo de 1.294 milhões de USD, em 2011;

Em síntese, a economia alemã encontra-se na vanguarda europeia de um grande número de setores industriais, o que explica a estrutura de suas exportações e importações, caracterizada pelo predomínio dos produtos de elevado valor acrescentado e nível tecnológico.

Principais Produtos Transacionados – 2011

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
Máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos	18,0	Combustíveis/óleos minerais, etc.	13,5
Veículos e outro material de transporte	17,2	Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	12,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,1	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11,0
Plásticos e suas obras	4,7	Veículos e outro material de transporte	8,2
Produtos farmacêuticos	4,7	Produtos farmacêuticos	3,9
Instrumentos de ótica, medida, controle, etc.	4,4	Plásticos e suas obras	3,5
Aeronaves, outros aparelhos aéreos, partes	2,7	Ferro fundido, ferro e aço	3,1
Combustíveis/óleos minerais, etc.	2,5	Instrumentos de ótica, medida, controle, etc.	2,9
Ferro fundido, ferro e aço	2,4	Produtos químicos orgânicos	2,8
Obras de ferro fundido ou aço	2,4	Aeronaves, outros aparelhos aéreos, partes	2,2

Fonte: WTA

Tendo em vista uma perceção mais abrangente da estrutura das importações alemãs, indicam-se a seguir os 20 primeiros *itens* de produtos importados, em 2011 (NC, a 4 dígitos):

NC	Designação	% do total
2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	5,65
8703	Automóveis de passageiros e outros veículos transporte passageiros, etc	3,48
2710	Óleos de petróleo ou minerais betuminosos, exc. óleos brutos; preparações, etc	2,88
8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	2,68
27SS	Comércio intracomunitário	2,33
3004	Medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho	2,19
8471	Máquinas automáticas p/ processamento dados/unidades; leitores magnéticos etc	1,64
3002	Sangue humano;antissoro;vacinas,culturas de micro-organismos e prod.semelhantes	1,33
8517	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios etc; videofones	1,31
2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	1,31
8802	Outros veículos aéreos; veículos espaciais e seus veículos de lançamento, etc	1,29
8541	Diodos, transístores etc, dispositivos fotossensíveis, semicondutores etc	1,28
8443	Máquinas e aparelhos impressão, exc pp 8471; máquinas auxiliares p/ impressão	1,06
8542	Circuitos integrados e microconjuntos eletrónicos	1,03
8544	Fios e outros condutores, isolados para usos elétricos, cabos fibras óticas	0,83
8803	Partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802	0,73
8901	Transatlânticos, barcos de cruzeiro, etc., para transporte de pessoas ou mercadorias	0,73
4011	Pneumáticos novos, de borracha	0,70
99RR	Comércio intracomunitário	0,64
9018	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	0,63

Fonte: WTA

2.3. Investimento

A Alemanha ocupava, em 2011, uma posição relativamente elevada no *ranking* de países recetores de investimento direto estrangeiro (IDE) – 13º lugar – enquanto na qualidade de emissor de IDE ocupava o 11º lugar. No período de 2007-2011, recuou 5 posições no *ranking* mundial de países recetores, tendo a sua quota mundial baixado de 4,1% para 2,7%, bem como 8 lugares no *ranking* mundial de países emissores, tendo a sua quota mundial diminuído de 7,8% para 3,2%.

É de realçar, como principal característica do período em análise, a evolução acentuadamente errática e tendencialmente regressiva de posicionamento e quotas quer como país recetor quer como país emissor de IDE.

Em termos absolutos, os fluxos de IDE entrados caíram também de cerca de 58,6 mil milhões de EUR em 2007, para 29,1 mil milhões de EUR em 2011 (-50,4%), o mesmo se passando de forma ainda mais agravada com os fluxos de ID saídos de cerca de 124,7 para 39,1 mil milhões de EUR (-68,6%), o que reflete certamente o impacto negativo da crise económico-financeira mundial e o agravamento da situação económico-financeira da Zona Euro.

Com efeito, segundo os dados do EIU, a participação no PIB dos fluxos de IDE entrados na Alemanha caiu de 2,4% em 2007 para 0,15% em 2008 e na FBCF de 13,1% para 1,2%. Embora, desde então, tenham esses rácios melhorado significativamente, em 2011, mantinham-se ainda bastante aquém das percentagens de 2007 (1,1% do PIB e 6,2% da FBCF), confirmando a persistência dos efeitos negativos acima referidos.

Segundo o *Deutsche Bundesbank*, em finais de 2010, o IDE acumulado, na Alemanha, alcançava 522.529 milhões de EUR, o que correspondia a 21,1% do seu PIB, ou seja, a cerca de 6.396 EUR *per capita*. Segundo a UNCTAD, a Alemanha ocupava então o 5º lugar no *ranking* mundial de IDE acumulado por país recetor. Usufruindo de uma estabilidade económica e política sólida e apresentando-se, a nível europeu, como o maior mercado interno e a economia com melhor desempenho, o que lhe confere o estatuto de base segura para qualquer investimento, a Alemanha figura como a melhor localização para o IDE na Europa.

A UE27, com 76,1% do IDE acumulado, figurava, em 2010, à cabeça das entidades emissoras. Como países de origem destacavam-se a Holanda, com 23,3% do total, Luxemburgo (14,8%), Reino Unido (8,6%), França (8,5%), Itália (7,2%), Áustria (3,9%) e a Suécia (3,1%). Fora da UE, distinguíam-se os EUA (9,4%), Suíça (6,4%) e Japão (2,8%).

Portugal contava, em 2010, com um investimento direto acumulado na Alemanha num montante de 146 milhões de EUR, o que representava 0,03% do total.

Em síntese, os países industrializados participavam com 96,5% no IDE acumulado, e os mercados emergentes e os países em vias de desenvolvimento com apenas 3,5%.

Em termos de destino sectorial, a indústria transformadora tinha absorvido 33,5% do IDE acumulado, o abastecimento de eletricidade, gás e água 3,4%, os serviços 61,8% e outros 1,3%. No âmbito da indústria transformadora surgiam à cabeça as indústrias de produtos químicos (7,6% do IDE total acumulado), máquinas e equipamentos mecânicos (4,1%), coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear (3,5%), máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos e eletrónicos (2,9%), veículos e outro material de transporte (2,8%), produtos alimentares e tabaco (2,6%), instrumentos de medicina, ótica, medida e controle (2,3%), produtos metálicos (1,3%), produtos minerais não metálicos (1,4%), borracha e plásticos, e suas obras (1,2%); no âmbito dos serviços destacavam-se os setores do imobiliário e serviços prestados às empresas (25,4% do IDE total acumulado, com as Sociedades Gestoras de Participações absorvendo 13,5% do IDE total), intermediação financeira (15,4%), comércio e reparações (11,8%), transportes e comunicações (7,9%).

Segundo os dados disponíveis de 2010, o IDE acumulado desempenhava um papel relevante na economia alemã, contando 7.489 empresas com participação direta de capital estrangeiro que empregavam 1,041 milhões de trabalhadores (2,6% do emprego) e realizavam um volume de negócios de 543 mil milhões de EUR. Se a estas empresas juntarmos as de participação indireta de capital estrangeiro o número total de empresas sobe para 14.178, o de trabalhadores empregados para 2,607 milhões (6,4% do emprego) e o de volume de negócios para 1.281 mil milhões de EUR.

Em 2008, mais de 27% do volume de negócios da indústria alemã provinha de novos produtos inovadores (a média da UE era de 19%), enquanto que na França e no Reino Unido este rácio não ia além dos 16% e na Finlândia dos 21%. As indústrias transformadoras, com alto teor de I&D,

participavam, em 2007, com 15,5% na formação do VAB industrial, enquanto que nos EUA o rácio se elevava a 7,2% e no Japão a 11,6%. A Alemanha contava, em 2008, com o maior número de investigadores da UE – à volta de 20% dos cientistas viviam e trabalhavam no país, 18% no Reino Unido, 15% em França, etc. Em 2009, a Alemanha dispunha de 11.384 patentes concedidas pelo Instituto Europeu de Patentes, a França de 4.031 e o Reino Unido de 1.646. Era também o 3º país do mundo quanto ao número de patentes concedidas simultaneamente pelas três maiores entidades de patentes de Europa, EUA e Japão – 75 por milhão de habitantes, atrás da Suíça e Japão. Finalmente, as despesas com I&D realizadas pela indústria transformadora representavam 2,4% do PIB em 2009, e, em 2008, o setor automóvel tinha absorvido 45% dos gastos totais com I&D da indústria transformadora, o de equipamentos elétricos e de ótica 21%, produtos químicos e farmacêuticos 16%, máquinas e equipamentos mecânicos 3%, produtos de borracha e plásticos 2%, metais e produtos metálicos 2%, o que, grosso modo, correspondia ao *ranking* dos setores exportadores/importadores da indústria alemã, e explica também o poder atrativo da Alemanha como país de destino de IDE.

Segundo o *Global Competitiveness Report 2012-2013*, do Fórum Económico Mundial, de um conjunto de 144 países, a Alemanha ocupava o 6º lugar no Índice Global de Competitividade (a mesma posição que no IGC 2011-2012), resultante do seu posicionamento nos três subíndices constitutivos: Requisitos Básicos - 11º lugar; Potenciadores de Eficiência - 10º lugar; Fatores de Inovação e Sofisticação - 4º lugar. Dos vários pilares definidores dos três subíndices e, indiretamente, do Índice Global, sobressaíam os elevados posicionamentos nos pilares de baixo nível de domínio das grandes companhias – 2º lugar, infraestruturas – 3º lugar, sofisticação do mundo dos negócios – 3º lugar, capacidade de inovação das empresas – 3º lugar, gastos das empresas com I&D – 4º lugar, ensino superior e educação – 5º lugar, dimensão do mercado – 5º lugar, inovação – 7º lugar, grau de intensidade da concorrência interna – 8º, capacidade de absorção de tecnologias de ponta a nível de empresa – 16º lugar.

Como posicionamento menos positivo, destacava-se a rigidez do mercado laboral – 119º lugar, onde a falta de flexibilidade na determinação de salários e os elevados custos de despedimento se apresentavam como um obstáculo à criação de emprego.

Segundo o *Deutsche Bundesbank*, em finais de 2010, o investimento direto (ID) alemão acumulado no estrangeiro, ascendia a 1.075.049 milhões de EUR (43,4% do PIB alemão), refletindo o imperativo de crescimento das empresas alemãs, para além dos limites do seu mercado interno. Segundo a UNCTAD, a Alemanha ocupava então o 3º lugar no *ranking* mundial de ID acumulado no estrangeiro por país emissor (atrás dos EUA e Reino Unido), refletindo a pujança económica impressionante da Alemanha.

A UE27, com 54,2% do ID alemão acumulado no estrangeiro, figurava, em 2010, à cabeça das regiões recetoras. Como países recetores destacavam-se o Reino Unido com 10% do ID acumulado, Holanda (6,1%), Bélgica (5,3%), França (4,4%), Luxemburgo (4,2%), Itália (3,4%), Áustria (2,7%), Espanha (2,5%), Malta (2,5%), República Checa (2,2%) e Polónia (2,2%).

Portugal contava com um ID alemão acumulado no montante de 4.865 milhões de euros, o que representava 0,5% do total.

Fora da UE, destacavam-se os EUA com 22,4% do IDE acumulado, Suíça (3,7%), China (2,7%) e Brasil (2,2%).

Em síntese, os países industrializados absorviam 85,3% do ID alemão acumulado no estrangeiro, e os mercados emergentes e os países em vias de desenvolvimento apenas 14,7%.

É de realçar que os países limítrofes da Alemanha absorviam quase 1/3 do ID alemão acumulado no estrangeiro (31,3%), o que reflete bem a capacidade alemã de tirar partido de sua centralidade geográfica e do seu estatuto de potência económica.

Em termos de destino sectorial, a indústria transformadora tinha absorvido 25,5% do ID alemão acumulado no estrangeiro, a eletricidade, gás e água 0,9% e os serviços 73%. No âmbito da indústria transformadora surgiam em primeiro lugar as indústrias de veículos automóveis, reboques e semirreboques com 11,5% do ID acumulado, produtos químicos (5,2%), máquinas e equipamentos mecânicos (3%), máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrónicos (2,8%); no âmbito dos serviços destacavam-se os setores do imobiliário e serviços prestados às empresas (52,9% do IDE acumulado, com as Sociedades Gestoras de Participações absorvendo 50,2% do ID total), intermediação financeira (15,7%), transportes e comunicações (2,1%), comércio e reparações (1,7%).

Segundo dados de 2010, o ID alemão acumulado no estrangeiro tinha participações diretas em 20.981 empresas, empregava 3,383 milhões de trabalhadores e realizou um volume de negócios de 980 mil milhões de EUR. Se a estas empresas juntarmos as que detêm de participações indiretas, o número de empresas sobe para 31.366, o número de trabalhadores empregados para 6,027 milhões e o volume de negócios realizado para 2.022 mil milhões de EUR, o que mostra bem o poder influenciador relevante da economia alemã.

Finalmente, com base no *World Investment Report* (WIR) 2012, é de realçar a forte dinâmica de crescimento do ID alemão acumulado no estrangeiro de mais de 9,5 vezes no período de 1990-2011, bastante superior à do IDE acumulado na Alemanha (6,4 vezes).

Investimento Direto

(10 ⁶ EUR)	2007	2008	2009	2010	2011
Investimento estrangeiro na Alemanha	58.603	5.536	17.389	35.382	29.063
Investimento da Alemanha no estrangeiro	124.660	49.670	54.269	82.543	39.110
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	8 ^a	41 ^a	17 ^a	9 ^a	13 ^a
Como emissor	3 ^a	8 ^a	3 ^a	2 ^a	11 ^a

2.4. Turismo

A Alemanha conta com um setor turístico desenvolvido, embora, em 2010, em termos relativos, as receitas de turistas estrangeiros representassem apenas 1,5% do PIB e 3,2% do valor das exportações de bens e serviços, mas 20,2% das exportações de serviços.

No período de 2006-2010, a Alemanha registou as seguintes taxas médias de crescimento no setor turístico: número de turistas – 3,5% ao ano; dormidas – 3% ao ano; receitas – 2,2% ao ano. Todavia, refletindo o impacto dos efeitos negativos da crise económico-financeira mundial no setor turístico alemão, todas as variáveis anteriores registaram taxas de crescimento negativo em 2009, com maior incidência nas receitas.

A grande maioria dos turistas é originária da Europa (76,7% do total em 2010), vindo, de longe, à cabeça a Holanda com 14,6% do número total de turistas na hotelaria global, seguida da Suíça (7,6%), Reino Unido (7,4%), Itália (5,7%), Áustria (5,2%), França (5,1%), Dinamarca (4,5%), Bélgica (4,2%), Suécia (3,2%), Espanha (3,1%) e Polónia (2,3%). Fora da Europa destacavam-se os EUA (8,2% do total em 2010), Japão (2,3%) e China (1,9%).

Portugal participava com 0,5% no número de turistas, ou seja, com cerca de 120,8 mil turistas, em 2010.

Há que realçar que a Alemanha é também um país emissor muito importante, tendo, em 2010, segundo a *World Tourism Organization* (WTO), os gastos dos turistas alemães no estrangeiro ascendido a 91.208 milhões de USD, superando, portanto, de longe o montante de receitas (+85,6%).

Indicadores do Turismo

	2006	2007	2008	2009	2010
Turistas ^a (10 ³)	23.569	24.421	24.884	24.220	26.875
Dormidas ^b (10 ³)	44.921	46.508	47.562	45.843	50.342
Receitas (10 ⁶ USD)	45.538	49.332	53.398	47.452	49.133

Fonte: WTO – World Tourism Organization

Notas: (a) Que permanecem pelo menos uma noite no país

(b) Dormidas na hotelaria global

Finalmente, três indicadores físicos sobre a indústria turística germânica, caracterizadores da sua política de desenvolvimento, no período de 2006-2010: o número de hotéis e estabelecimentos similares caiu de 36.289 para 36.056 (-0,6%); o de quartos aumentou de 896.980 para 940.484 (4,9%); o de camas de 1.690.932 para 1.784.161 (5,5%).

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

O mercado alemão tem um papel da maior relevância para a economia portuguesa, surgindo, em 2011, na balança comercial de bens, em 2º lugar (seguir à Espanha), quer como cliente, quer como fornecedor de Portugal, absorvendo aproximadamente 13,5% do total das exportações e fornecendo mais de 12,3% do total das importações portuguesas.

No período de 2007-2011, embora mantendo estável a sua posição no *ranking* de clientes e fornecedores, registou, como cliente, um reforço da sua quota de mercado de 12,95% para 13,47% (4%), mas uma contração da sua quota de mercado como fornecedor de 13,96% para 12,33% (-11,7%).

Segundo o WTA, em termos da balança comercial alemã, em 2011, Portugal posicionava-se como 31º cliente, absorvendo 0,66% do total das exportações alemãs, e como 30º fornecedor, fornecendo 0,52% das importações alemãs, assumindo, portanto, posições e quotas incomparavelmente menos relevantes do que as da Alemanha na nossa balança comercial, o que se explica, antes de tudo, pela dimensão e força muitíssimo maior da economia germânica. Em relação a 2007, Portugal, em 2011, tinha perdido 9 lugares no *ranking* de clientes e um lugar no de fornecedores, e registado, como cliente, uma contração da sua quota de mercado de 0,86% para 0,66% (-23,3%) e, como fornecedor, uma contração marginal da sua quota de mercado de 0,53% para 0,52% (-1,9%).

No primeiro semestre de 2012, a Alemanha figurava, também, como 2º cliente de Portugal, com uma quota de mercado de 12,96%, e como 2º fornecedor, respondendo por 11,60% das nossas importações, apontando, portanto, os dados para alguma perda de peso das quotas de mercado, tanto como cliente como fornecedor.

Importância da Alemanha nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2007	2008	2009	2010	2011	Jan/Jun 2012
Como cliente	Posição	2ª	2ª	2ª	2ª	2ª	2ª
	%	12,95	12,75	12,96	13,02	13,47	12,96
Como fornecedor	Posição	2ª	2ª	2ª	2ª	2ª	2ª
	%	13,96	13,39	13,22	13,87	12,33	11,60

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

No período de 2007-2011, a balança comercial luso-alemã foi continuamente desfavorável a Portugal. Contudo, em consequência do diferencial de dinâmicas de crescimento das duas variáveis - 4,6% ao ano em média para as expedições e -2,9% para as chegadas -, a taxa de cobertura das chegadas pelas expedições registou uma subida significativa de 59,2% para 80,1%, do que resultou uma diminuição assinalável do défice comercial de cerca de 3,4 para 1,4 mil milhões de EUR (-58,5%).

No período acima referido, as nossas expedições aumentaram de cerca de 5 para 5,7 mil milhões de EUR (15%), enquanto que as chegadas diminuíram de cerca de 8,4 para 7,1 mil milhões de EUR (-14,9%), refletindo o diferencial de taxas médias de crescimento das duas variáveis da balança comercial.

O agravamento dos efeitos negativos da crise económico-financeira mundial no intercâmbio bilateral fizeram sentir-se de forma mais acentuada no valor das chegadas do que no das expedições. Com efeito, enquanto que, em cadeia, em 2009, o valor da primeira variável caiu 21%, o da segunda contraiu 17,1%, resultando daí uma diminuição assinalável do défice da balança comercial de cerca de 3,6 mil milhões de EUR em 2008, para 2,7 mil milhões de EUR em 2009 (-26,3%), e um aumento da taxa de cobertura de 57,6% para 60,5%. No biénio subsequente, as expedições registaram uma taxa de crescimento cumulativa de 35,7% e as chegadas de apenas 6,4%.

Em relação a período homólogo de 2011, no primeiro semestre de 2012, as expedições cresceram 2,7% a as chegadas contraíram 13%, do que resultou um aumento notável da taxa de cobertura de 77,2% para 91,1%, e uma redução acentuada do défice comercial de cerca de 853 para 290 milhões de EUR (-66%).

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ⁶ EUR)	2007	2008	2009	2010	2011	Evol. ^a %	Jan/Jun 2011	Jan/Jun 2012	Var. % ^b 11/102
Expedições	4.957,5	4.954,3	4.106,4	4.785,5	5.702,6	4,6	2.885,0	2.961,8	2,7
Chegadas	8.367,5	8.594,9	6.790,0	7.913,4	7.118,0	-2,9	3.737,7	3.251,4	-13,0
Saldo	-3.410,0	-3.640,6	-2.683,5	-3.128,0	-1.415,4	--	-852,7	-289,5	--
Coef. Cobertura (%)	59,2	57,6	60,5	60,5	80,1	--	77,2	91,1	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2007 – 2011

(b) Taxa de variação homóloga 2011/2012

As expedições portuguesas para a Alemanha apresentaram, em 2011, um grau de concentração elevado, uma vez que apenas dois grupos de produtos – veículos e outro material de transporte com 33,2% e máquinas e aparelhos com 22,5% -, significavam mais de metade (55,7%) do valor global expedido para aquele mercado, tendo-se, contudo, registado um menor desequilíbrio estrutural em relação a 2007 (aqueles dois grupos de produtos representavam então 58,2% do valor global expedido).

Dos restantes grupos de produtos, destacam-se ainda os plásticos e borracha (6,3% do valor global expedido), produtos químicos (6,1%), calçado (5,2%), metais comuns (4,6%), vestuário (4,5%), pastas celulósicas e papel (4,4%).

No seu conjunto, pode dizer-se que, em termos de grandes categorias económicas, a estrutura expedidora continuava, em 2011, algo desequilibrada, com os bens de capital, os de maior valor acrescentado, representando 57,1% do valor global das expedições (59,1% em 2007), os bens intermédios 31,3% (27,1% em 2007).

Em termos de grau de intensidade tecnológica, a estrutura das expedições era, em 2010 (último ano disponível), dominada pelos produtos de média-alta tecnologia, com 49% do total expedido, seguidos dos produtos de baixa tecnologia (24,7%), alta tecnologia (13,7%) e de média-baixa tecnologia (12,6%). Trata-se, sem dúvida, de uma estrutura expedidora marcadamente evoluída do ponto de vista tecnológico, uma vez que os produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica representavam mais de 3/5 do valor global das expedições (62,7%).

Numa ótica de maior desagregação (NC a 4 dígitos), a estrutura das expedições era, em 2011, caracterizada por automóveis de passageiros e outros veículos de transporte de passageiros, com 27% do total expedido, aparelhos recetores para radiotelefonia/radiotelegrafia/radiodifusão (5,8%), partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (5,2%), calçado com sola externa de borracha, plástico, couro e parte superior de couro natural (4,6%), pneumáticos novos, de borracha (3,7%), medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho (2,4%), torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, etc. (2,4%), papel e cartão, não revestidos, tipo usados para escrita ou outros fins gráficos (2,1%), caixas de fundição com placas de fundo para moldes, modelos para moldes, moldes para metais (1,6%), colofónias e ácidos resínicos, e seus derivados, gomas fundidas (1,3%).

Finalmente, há que realçar que as expedições portuguesas para a Alemanha mostram padrões de negócios muito estáveis. Com efeito, tomando como referência os dez primeiros capítulos pautais da NC (a dois dígitos) de 2007, registava-se, em 2011, o aparecimento de apenas um novo capítulo pautal nas expedições, ou seja, uma taxa de variação de 10%, refletindo assim nichos de mercado bastante bem adequados à procura do mercado alemão.

Todavia, numa perspetiva de balança comercial alemã e análise mais fina, constata-se que, em 2011, segundo o *World Trade Atlas* (WTA), do conjunto dos primeiros 20 grupos de produtos portugueses (NC a 4 dígitos) chegados à Alemanha apenas 4 se encontravam entre os primeiros 20 grupos de produtos mais importados por aquele país de todo o mundo, significando, portanto, uma taxa de representatividade de 20%, o que aponta para um intercâmbio ainda insuficientemente complexo e diversificado.

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a expedir produtos para a Alemanha aumentou de 2.386 em 2007 para 2.466 em 2011, refletindo um interesse crescente dos agentes económicos portugueses por aquele mercado, em especial tendo em consideração que, em 2009, aquele número ascendia apenas a 1.850.

Expedições por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2007	%	2010	%	2011	%	Var% 10/11
Veículos e outro material de transporte	1.578.991	31,9	1.406.767	29,4	1.893.616	33,2	34,6
Máquinas e aparelhos	1.303.314	26,3	1.119.580	23,4	1.282.883	22,5	14,6
Plásticos e borracha	249.635	5,0	311.191	6,5	359.553	6,3	15,5
Produtos químicos	263.582	5,3	318.519	6,7	349.795	6,1	9,8
Calçado	271.742	5,5	246.314	5,1	294.594	5,2	19,6
Metais comuns	245.327	4,9	191.709	4,0	262.192	4,6	36,8
Vestuário	274.554	5,5	252.120	5,3	258.278	4,5	2,4
Pastas celulósicas e papel	169.616	3,4	210.620	4,4	249.402	4,4	18,4
Minerais e minérios	100.634	2,0	141.952	3,0	151.043	2,6	6,4
Matérias têxteis	168.827	3,4	140.462	2,9	142.958	2,5	1,8
Madeira e cortiça	88.859	1,8	90.096	1,9	84.443	1,5	-6,3
Instrumentos de ótica e precisão	42.464	0,9	72.718	1,5	81.491	1,4	12,1
Produtos alimentares	67.664	1,4	71.444	1,5	73.963	1,3	3,5
Produtos agrícolas	29.605	0,6	45.914	1,0	49.522	0,9	7,9
Combustíveis minerais	332	0,0	15.544	0,3	10.243	0,2	-34,1
Peles e couros	5.693	0,1	7.803	0,2	8.980	0,2	15,1
Outros produtos	31.064	0,6	81.046	1,7	115.728	2,0	42,8
Valores confidenciais	65.625	1,3	61.637	1,3	33.917	0,6	-45,0
Total	4.957.528	100,0	4.785.454	100,0	5.702.602	100,0	19,2

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

O grau de concentração das chegadas é igualmente elevado, com mais de metade do valor global das aquisições (54,5%), em 2011, dizendo respeito apenas a 2 grupos de produtos – veículos e outro material de transporte (30,3% do total) e máquinas e aparelhos (24,2%) -, sendo de notar, contudo, uma diminuição assinalável do seu grau de concentração em 7,8 pontos percentuais em relação a 2007.

Dos restantes grupos de produtos, destacavam-se ainda, em 2011, os produtos químicos (14,2% do total das compras), plásticos e borracha (6,4%), metais comuns (5,8%), produtos agrícolas (2,9%), produtos alimentares (2,9%), instrumentos de ótica e precisão (2,7%) e matérias têxteis (2,3%).

No seu conjunto, pode dizer-se que a estrutura das chegadas se mantinha, em 2011, por grandes categorias económicas, acentuadamente desequilibrada, embora em favor dos produtos de maior valor acrescentado, com os bens de capital respondendo por 57,2% do valor global das chegadas (65% em 2007), os bens intermédios por 34,9% (28,9% em 2007) e os bens de amplo consumo por 7,8% (5,9% em 2007).

Em termos de grau de intensidade tecnológica, a estrutura das chegadas era, em 2010 (último ano disponível), dominada pelos produtos de média-alta tecnologia com 52,3% do total das chegadas, seguidos dos produtos de média-baixa tecnologia (20,6%), alta tecnologia (14,2%) e de baixa tecnologia (12,9%). As aquisições caracterizavam-se, portanto, por um nível tecnológico evoluído, embora os produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica tenham perdido peso em relação a 2007, quando representavam 77,3% do valor global das chegadas.

Numa ótica mais desagregada (NC a 4 dígitos), destacavam-se, em 2011, na estrutura das chegadas, os automóveis de passageiros e outros veículos de transporte de passageiros, etc., com 17,4% do total das compras, partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (11%), medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho (4,3%), iniciadores e aceleradores de reação, preparações catalíticas, não especificadas (2,4%), motores de pistão, de ignição por compressão (1,8%), partes destinadas às máquinas das posições 8501 e 8502 (1,4%), circuitos integrados e microconjuntos eletrónicos (1,3%), aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção etc., para tensão ≤ 1000 volts (1%), partes reconhecíveis c/o exclusiva/parcialmente para aparelhos das posições 8525 a 8528 (1%) e máquinas automáticas para processamento de dados/unidades, leitores magnéticos (1%).

Finalmente, há que realçar que as chegadas mostram também padrões de negócios muito estáveis. Com efeito, tomando como referência os 10 primeiros capítulos pautais da NC (a 2 dígitos) de 2007, registava-se, em 2011, o aparecimento de apenas 1 novo capítulo pautal, ou seja, uma taxa de variação de 10%, refletindo assim nichos de mercado relativamente bem adequados à procura do mercado português.

Segundo os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a adquirir produtos na Alemanha caiu de 7.451 em 2007, para 6.231 em 2011, continuando, mesmo assim, muito superior ao número de empresas expendedoras.

Chegadas por grupos de produtos

(10 ³ Euros)	2007	%	2010	%	2011	%	Var% 10/11
Veículos e outro material de transporte	2.101.204	25,1	3.110.667	39,3	2.159.508	30,3	-30,6
Máquinas e aparelhos	3.111.627	37,2	1.674.416	21,2	1.722.754	24,2	2,9
Produtos químicos	729.263	8,7	871.758	11,0	1.009.737	14,2	15,8
Plásticos e borracha	413.571	4,9	412.310	5,2	452.909	6,4	9,8
Metais comuns	590.583	7,1	424.000	5,4	416.366	5,8	-1,8
Produtos agrícolas	187.468	2,2	196.997	2,5	207.429	2,9	5,3
Produtos alimentares	198.773	2,4	215.517	2,7	204.513	2,9	-5,1
Instrumentos de ótica e precisão	228.054	2,7	231.685	2,9	191.699	2,7	-17,3
Matérias têxteis	180.142	2,2	157.473	2,0	165.967	2,3	5,4
Pastas celulósicas e papel	120.726	1,4	114.728	1,4	112.010	1,6	-2,4
Vestuário	75.855	0,9	96.875	1,2	82.860	1,2	-14,5
Minerais e minérios	44.353	0,5	48.811	0,6	45.611	0,6	-6,6
Calçado	42.201	0,5	35.353	0,4	40.275	0,6	13,9
Madeira e cortiça	46.361	0,6	39.496	0,5	33.473	0,5	-15,2
Peles e couros	36.904	0,4	28.750	0,4	31.133	0,4	8,3
Combustíveis minerais	78.984	0,9	23.942	0,3	14.515	0,2	-39,4
Outros produtos	172.800	2,1	214.147	2,7	221.193	3,1	3,8
Valores confidenciais	8.638	0,1	16.494	0,2	5.093	0,1	-69,1
Total	8.367.508	100,0	7.913.420	100,0	7.118.044	100,0	-10,1

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

3.2. Serviços

Importância da Alemanha nos Fluxos de Serviços com Portugal

	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Jan/Jun 2012
Alemanha como cliente de Portugal	Posição ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a
	% Export. ^b	10,48	10,19	10,12	10,20	9,87	9,38
Alemanha como fornecedor de Portugal	Posição ^a	4 ^a	3 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	4 ^a
	% Import. ^b	9,61	10,26	10,10	8,68	8,43	8,92

Fonte: Banco de Portugal

(a) Posição num conjunto de 55 mercados

(b) Quota de mercado nas exportações e importações totais de Portugal

Também no setor dos serviços, o mercado alemão tem um papel da maior relevância para a economia portuguesa, surgindo, em 2011, na balança comercial de serviços, no 4º lugar, como cliente de Portugal, absorvendo aproximadamente 9,9% do total das exportações, e no 5º lugar como fornecedor, fornecendo cerca de 8,4% do total das importações portuguesas de serviços.

Todavia, no período de 2007-2011, embora mantendo estável a sua posição no *ranking* de clientes, a sua quota de mercado diminuiu de cerca de 10,5% para 9,9% (-5,8%); como fornecedor perdeu um lugar, com uma contração acentuada de sua quota de mercado de 9,6% para 8,4% (-12,3%).

No primeiro semestre de 2012, a Alemanha figurava como 4º cliente de Portugal, com uma quota de mercado de 9,4%, e como 4º fornecedor, respondendo por 8,9% das nossas importações de serviços, mais ou menos em conformidade, portanto, com as tendências anteriormente registadas.

Balança Comercial de Serviços com a Alemanha

10 ⁶ EUR	2007	2008	2009	2010	2011	Evo ^a %	Jan/Jun 2011	Jan/Jun 2012	Var 11/12
Expedições	1.777.566	1.820.435	1.650.954	1.793.746	1.891.657	1,8	865.129	805.645	-5,9
Chegadas	1.002.298	1.155.181	1.043.440	943.364	962.207	-0,5	478.260	461.546	-3,5
Saldo	775.268	665.254	607.514	850.382	929.450	--	377.869	344.099	--
Coef. Cob.	177,3%	157,6%	158,2%	190,1%	196,6%	--	179,0%	174,6%	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2007-2011

No período em análise, a balança comercial de serviços luso-alemã foi continuamente favorável a Portugal, tendo, mais ou menos em conformidade com o diferencial de taxas de crescimento das duas variáveis (1,8% ao ano em média para as expedições e -0,5% para as chegadas), a taxa de cobertura das chegadas pelas expedições subido de 177,3% para 196,6%, enquanto que o saldo registava um salto significativo de 775 para mais de 929 milhões de EUR (19,9%).

Todavia, há que realçar que, em relação a 2008, provavelmente como reflexo do impacto negativo do agravamento da crise económico-financeira mundial no intercâmbio bilateral, o valor das expedições registou, em 2009, uma contração de 9,3% e o das chegadas de 9,7%, interrompendo uma evolução continuamente ascendente até então das duas componentes da balança de serviços. No biénio subsequente, as expedições registaram um aumento cumulativo de 14,15%, enquanto que as chegadas registavam uma contração de 7,6%.

Em relação a período homólogo de 2011, no primeiro semestre de 2012, o valor dos serviços expedidos contraiu 5,9% e o das chegadas 3,5%, resultando daí uma diminuição da taxa de cobertura de 179% para 174,6% e do saldo da balança de serviços de cerca de 378 para 344 milhões de EUR (-8,9%).

Como principais serviços expedidos destacavam-se, em 2011, as viagens e turismo com 43% do valor global (44,2% em 2007), evidenciando a importância do turismo alemão para Portugal, transportes com 26,7% (24,1% em 2007), outros serviços fornecidos por empresas com 20,7% (18,4% em 2007), construção com 2,7% (4,2% em 2007), etc. Pelo lado das chegadas, surgiam à cabeça os transportes com 39,9% do total (43,6% em 2007), seguidos dos outros serviços fornecidos por empresas com 22,6% (20,5% em 2007), viagens e turismo com 19,4% (19,1% em 2007), informação e informática com 5,2% (2,1% em 2007) e serviços financeiro com 3,3% (1,3% em 2007).

3.3. Investimento

Enquanto país emissor de investimento direto estrangeiro (IDE), a Alemanha continua a ter a máxima importância para Portugal, figurando, em 2011, no 5º lugar no *ranking* de investidores, com uma quota de mercado de 10,11%, não obstante, no período de 2007-2011, ter regredido 4 lugares naquele “ranking” e a sua quota de mercado diminuído de cerca de 19,8% para 10,1% (-48,8%).

Como recetor de investimento direto português (IDPE), a posição alemã testemunha um interesse variável dos agentes económicos portugueses por este mercado, ocupando, em 2011, a 15ª posição no *ranking* de recetores, com uma quota de mercado de mais de 0,32%; em relação a 2007, tinha perdido 1 lugar no *ranking* de recetores, e a quota de mercado diminuído de cerca de 0,8% para 0,3% (-57,3%), após ter assumido, em 2009, a 6ª posição com uma quota de mercado de 4,75%.

No primeiro semestre de 2012, a Alemanha posicionava-se no 6º lugar no *ranking* de países emissores de IDE para Portugal, com uma quota de mercado de 7,11%, e no 14º lugar no *ranking* de recetores de IDPE, com uma quota de mercado de 0,21%, tendo, em relação a período homólogo de 2011, regredido em termos de posicionamento e quota.

Importância da Alemanha nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2007	2008	2009	2010	2011	Jan/Jun 2012
Portugal como recetor (IDE)	Posição ^a	1ª	4ª	4ª	2ª	5ª	6ª
	% ^b	19,75	15,11	13,07	16,14	10,11	7,11
Portugal como emissor (IDPE)	Posição ^a	14ª	9ª	6ª	15ª	15ª	14ª
	% ^b	0,75	1,93	4,75	0,89	0,32	0,21

Fonte: Banco de Portugal

(a) Posição enquanto Origem de IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados

(b) Com base no ID bruto total de Portugal

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, no período de 2007-2011, o investimento bruto português na Alemanha ascendeu a cerca de 836,8 milhões de EUR e, tomando em consideração o desinvestimento efetuado no montante de 173 milhões de EUR, o investimento líquido ascendeu a cerca de 663,8 milhões de EUR, o que significa um reforço da posição portuguesa no mercado alemão no período em causa.

Há que realçar as taxas de crescimento extraordinárias, em cadeia, do IDPE, na Alemanha, em 2008 e 2009, de 97% e 67,8%, respetivamente, e as de investimento líquido de 184,8% e 74,5%, respetivamente, taxas ainda mais impressionantes, demonstrando a confiança dos agentes económicos portugueses no mercado germânico, em tempos de crise.

Em relação a período homólogo de 2011, no primeiro semestre de 2012, o investimento bruto português na Alemanha contraiu 54,5% e o desinvestimento aumentou 214,6%, resultando dessa evolução acentuadamente assimétrica uma forte contração do investimento líquido, apontando os dados disponíveis para um enfraquecimento da nossa presença naquele mercado no conjunto do ano.

Segundo dados do CN da AICEP na Alemanha, em 2010, existiam ainda relativamente poucas empresas portuguesas com escritório e representações permanentes na Alemanha (menos de 50), a maior parte das quais com investimentos efetuados na área comercial.

No setor industrial, registavam-se alguns grandes investimentos portugueses: Sonae Indústria (produção de pavimentos) e Sonae Sierra (conceção, construção e exploração de centros comerciais em Berlim, Münster, Weiterstadt e um projeto em Garbsen), operações da INAPA e da Soporcel/Portucel para a comercialização de papel e de pasta de papel. De referir também as atividades do grupo que explora na Alemanha uma unidade de produção de peças e componentes para a indústria automóvel e efetua no mercado atividades de R&D.

Investimento Direto de Portugal na Alemanha

(10 ³ EUR)	2007	2008	2009	2010	2011	Evol. ^a %	Jan/Jun 2011	Jan/Jun 2012	Var. % ^b 11/12
Investimento bruto	111.526	219.730	368.732	87.262	49.583	11,3	26.565	12.093	-54,5
Desinvestimento	44.522	28.908	35.794	42.306	21.490	-10,6	7.756	24.400	214,6
Investimento líquido	67.004	190.822	332.938	44.956	28.093	--	18.809	-12.307	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período de 2007-2011

(b) Taxa de variação homóloga 2011-2012

No período 2007-2011, o investimento bruto alemão em Portugal ascendeu a cerca de 26.362,2 milhões de EUR, e, tomando em consideração o desinvestimento efetuado no montante de cerca de 27.346,9 milhões de EUR, o investimento líquido atingiu a cerca de -984,7 milhões de EUR. Como resulta dos dados mencionados, a posição alemã, enquanto país emissor de IDE para Portugal, apresenta-se muito diferente se for tomado em consideração o investimento líquido em vez do investimento bruto, tendo vindo mesmo a perder peso no mercado português. Contudo, é de realçar que, em 2010 e 2011, o investimento líquido foi positivo, invertendo-se a tendência negativa até então registada no período em análise.

Em relação a período homólogo de 2011, no primeiro semestre de 2012, o investimento bruto alemão em Portugal contraiu 33,1% e o desinvestimento 28,1%, com um reforço da posição líquida germânica no mercado português de cerca de 31 milhões de euros, apontando, portanto, os dados para a continuação de resultados líquidos positivos registados nos últimos anos.

O IDE alemão alocado em Portugal, no período de 2007-2011, teve principalmente como destino os seguintes setores de atividade: indústrias transformadoras (64,7% do total); comércio por grosso e a retalho (19,4%); atividades financeiras e de seguros (8,1%) e atividades imobiliárias (2,1%). É de realçar a inversão de preferência sectorial na alocação do IDE, registada no período em análise. Com efeito, as indústrias transformadoras viram o peso da sua quota nos fluxos anuais investidos diminuir de 81% em 2007 para 42,8% em 2011, em favor do comércio por grosso e a retalho, de 10,7% para 39,3%, atividades financeiras e de seguros, de 3,1% para 9,6%.

Naquele período, os fluxos de IDE tiveram por suporte os seguintes tipos de operações: créditos, empréstimos e suprimentos (93,6% do total); lucros reinvestidos (3%); capital de empresas (2,6%) e operações sobre imóveis (0,8%).

Segundo dados do CN da AICEP na Alemanha, em 2008/2009, verificou-se o encerramento de uma série de grandes projetos do IDE alemão em Portugal, com consequências graves para a economia nacional (Qimonda, Edscha, Karmann, Rohde e outras). Todavia, conceituadas empresas alemãs investiram mais recentemente em Portugal, em novos setores, como, por exemplo, no fabrico de equipamentos para a produção de energia eólica (projeto Enercon).

Finalmente há que realçar que o investimento alemão constitui um veículo importante para o aumento da capacidade de inovação na economia portuguesa, porque permite o acesso a capital humano com maiores níveis de formação, a novos mercados, a produtos e serviços, a maior qualidade, a organizações melhor adaptadas aos processos de inovação e a redes internacionais de conhecimento e parcerias.

Investimento Direto da Alemanha em Portugal

(10 ³ EUR)	2007	2008	2009	2010	2011	Evol. ^a %	Jan/Jun 2011	Jan/Jun 2012	Var. % ^b 11/12
Investimento bruto	6.444.626	5.331.580	4.185.226	6.395.247	4.005.520	-5,8	2.261.641	1.512.660	-33,1
Desinvestimento	6.752.280	5.451.532	4.864.435	6.369.659	3.908.998	-9,4	2.060.624	1.481.627	-28,1
Investimento líquido	-307.654	-119.952	-679.209	25.588	96.522	--	201.017	30.988	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período de 2007-2011

(b) Taxa de variação homóloga 2011-2012

3.4. Turismo

A Alemanha assume uma posição muito relevante no turismo português. Em 2011, surge no 4º lugar no *ranking* de países geradores de receitas para Portugal, com uma quota de mercado de cerca de 10%. São de realçar as quotas de mercado igualmente elevadas de emissão de turistas (10% em 2011) e de dormidas (13% em 2011).

Todavia, pode dizer-se que, no período 2007-2011, das três variáveis caracterizadoras do turismo alemão em Portugal, apenas as receitas registaram uma taxa média de crescimento positiva (1%), enquanto o número de hóspedes contraiu em média 1,2% e as dormidas diminuíram 3,1%. Além disso, daquelas três variáveis, apenas a de receitas tinha, em 2011, superado os valores registados em 2008, o que provavelmente aponta para a necessidade de uma promoção mais agressiva da oferta portuguesa naquele mercado.

Em relação a 2008, tanto o número de turistas e dormidas como o montante de receitas acusaram, em 2009, taxas de crescimento negativas de 7,2%, 8,6% e 7,3%, respetivamente, refletindo, sem dúvida, o impacto negativo da crise económico-financeira mundial no setor do turismo.

Há que ter em consideração que, segundo a *World Tourism Organization* (WTO), as receitas geradas pelos turistas alemães em Portugal representavam apenas 1,1% dos gastos dos turistas alemães no estrangeiro em 2010, o que aponta para um potencial de crescimento ainda longe de esgotado.

Turismo da Alemanha em Portugal

	2007	2008	2009	2010	2011	Evol ^a %	Jan/Jun 2011	Jan/Jun 2012
Hóspedes ^b	777.985	777.644	721.519	728.784	740.176	-1,2	358.926	382.748
% Total ^c	11,04	10,94	11,14	10,67	9,96	--	11,00	11,33
Dormidas ^b	3.851.143	3.657.516	3.341.911	3.279.012	3.388.257	-3,1	1.614.826	7.720.398
% Total ^c	14,39	13,96	14,40	13,89	13,00	--	14,32	14,71
Receitas ^b (10 ³ EUR)	784.811	812.584	753.546	786.847	813.530	1,0	342.781	359.069
% Total ^c	10,60	10,92	10,91	10,35	9,99	--	10,56	10,50
Posição ^d	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a		4 ^a	4 ^a

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2007-2011
(b) Inclui apenas a hotelaria global
(c) Refere-se ao total de estrangeiros
(d) Num conjunto de 55 mercados

4. Relações Internacionais e Regionais

A Alemanha é membro, entre outras organizações, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD – <http://www.ebrd.com>), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD – <http://www.afdb.org/en>), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD – <http://beta.adb.org/about/main>), do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID – <http://www.iadb.org/pt>), da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE – <http://www.oecd.org>), e da Organização das Nações Unidas (ONU – <http://www.un.org>) e suas agências especializadas (<http://www.un.org/en/aboutun/structure/#Others>), de entre as quais se destacam o Banco Mundial (<http://www.worldbank.org/>) e o Fundo Monetário Internacional (<http://www.imf.org/external/index.htm>). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC – <http://www.wto.org>) desde 1 de janeiro de 1995.

Ao nível regional a Alemanha é país fundador da União Europeia (UE), membro do Conselho da Europa e membro associado da União da Europa Ocidental (UEO).

A União Europeia (http://europa.eu/index_pt.htm) é um espaço de integração económica e política que tem passado por estádios distintos de evolução. O primeiro passo foi dado com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), seguida da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa) e uma área de comércio livre designada por Comunidade Económica Europeia (CEE). A aprovação, em 1987, do Ato Único Europeu formalizou a entrada em vigor a 1 de janeiro de 1993 de um Mercado Comum Europeu, com a livre circulação de mercadorias, capitais, pessoas e serviços.

Por sua vez, o Tratado da União Europeia, ratificado em 1993, na cidade de Maastricht, aprofundou o processo de integração, ultrapassando o estágio económico para atingir o âmbito político. Os principais objetivos são: criação da União Económica e Monetária; adoção de uma Política Externa e de Segurança Comum; cooperação nas áreas da justiça e da administração; e reforço da democracia e da transparência.

Com o Tratado de Nice, assinado em 26 de fevereiro de 2001, procurou-se enfrentar o desafio do alargamento a 12 novos países. Destes, 10 (Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) aderiram à UE no dia 1 de maio de 2004 e os restantes 2 (Bulgária e Roménia) a 1 de janeiro de 2007.

A UE chegou a acordo sobre o Tratado Reformador (Tratado de Lisboa), assinado a 13 de dezembro de 2007, que pretende melhorar a eficiência do processo de tomada de decisão, reforçar a democracia através da atribuição de um papel mais relevante ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais e aumentar a coerência a nível da política externa, com vista a dar uma resposta mais eficaz aos desafios atuais. O Tratado de Lisboa entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009, após a sua ratificação por todos os Estados-membros.

Atualmente a UE é composta por 27 membros, sendo que 17 adotaram a moeda única europeia (Euro) e integram a União Económica e Monetária (UEM): Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslovénia; Eslováquia; Espanha; Estónia, Finlândia; França; Grécia; Holanda; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; e Portugal.

O Conselho da Europa (<http://www.coe.int>), a mais antiga organização política da Europa, foi criada em 1949 com o objetivo de promover a unidade e a cooperação no espaço europeu, desempenhando um papel relevante em questões relacionadas com a defesa dos direitos do homem e a democracia parlamentar. Atualmente, o Conselho da Europa conta com 47 membros. O seu instrumento mais importante de atuação é a adoção de convenções.

Finalmente, a UEO (<http://www.weu.int/>) tem como fim primordial promover a cooperação europeia em matéria de segurança e de defesa mútua.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1. Regime Geral de Importação

A Alemanha, como membro da Comunidade Europeia, faz parte integrante da União Aduaneira, caracterizada, essencialmente, pela livre circulação de mercadorias e pela adoção de uma política comercial comum relativamente a países terceiros.

O Mercado Único (http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm), instituído em 1993 entre os Estados-membros da UE, criou um grande espaço económico interno, traduzido na liberdade de circulação de bens, capitais, pessoas e serviços, tendo sido suprimidas as fronteiras internas físicas, fiscais e técnicas.

Deste modo, as mercadorias com origem na UE ou colocadas em livre prática no espaço intracomunitário, encontram-se isentas de controlos alfandegários, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à respetiva qualidade e características técnicas.

A rede SOLVIT (http://ec.europa.eu/solvit/site/index_pt.htm) é um mecanismo criado pela União Europeia para resolver diferendos entre os Estados-membros resultantes da aplicação incorreta das regras do Mercado Único, evitando-se, assim, o recurso aos tribunais.

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adoção da mesma legislação neste domínio – Código Aduaneiro Comunitário –, bem como a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes de países terceiros – Pauta Exterior Comum (PEC).

A regra geral de livre comércio com países exteriores à UE não impede que as instâncias comunitárias determinem restrições às importações (como seja a existência de contingentes anuais), quando negociados no seio da Organização Mundial de Comércio (OMC).

A PEC baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, sendo os direitos de importação na sua maioria *ad valorem*, calculados sobre o valor CIF das mercadorias.

Para além dos referidos encargos, há também lugar ao pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A maioria dos produtos, e alguns serviços, é tributada a uma taxa de 19% (taxa normal), existindo, igualmente, uma taxa reduzida (7%) aplicável aos serviços e a bens de primeira necessidade (principalmente géneros alimentícios, produtos agrícolas e publicações) – <http://www.ixpos.de/IXPOS/Navigation/EN/Your-business-in-germany/Market-entry/Tax-and-duty/sales-taxation.html>.

Sobre a entrada de certos produtos, como o álcool, tabaco e produtos petrolíferos incidem, ainda, Impostos Especiais de Consumo (IEC) – <http://www.ixpos.de/IXPOS/Navigation/EN/Your-business-in-germany/Market-entry/Tax-and-duty/excise-duties.html>

Os interessados também podem consultar informação sobre os impostos e taxas no Portal da UE, na página *Taxation & Customs Union* – http://ec.europa.eu/taxation_customs/taxation/gen_info/index_en.htm.

5.2. Regime de Investimento Estrangeiro

O Tratado da União Europeia consagra a liberdade de circulação de capitais, de onde enforma um quadro geral do investimento estrangeiro em todo o espaço comunitário, nos limites decorrentes do princípio da subsidiariedade, sem prejuízo de instrumentos legislativos estabelecidos pelos Estados-membros.

Nesta linha, o promotor externo encontra neste país um regime jurídico adaptado ao ordenamento comunitário, no sentido de uma maior liberalização do direito de estabelecimento e da livre circulação de capitais, vigorando o princípio da igualdade de tratamento, ou seja, o investidor estrangeiro e o nacional encontram-se sujeitos às mesmas regras, quer no que respeita a obrigações, quer no acesso a programas de incentivos (<http://www.gtai.de/GTAI/Navigation/EN/Invest/Investment-guide/The-legal-framework/foreign-businesses-in-germany.html>).

O investidor goza do direito de transferência para o exterior do produto da sua liquidação e dos rendimentos legalmente obtidos, após o cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeito.

A Alemanha, à semelhança de outros países, aplica um conjunto de prescrições e condições especiais de autorização e controlo para o exercício de uma série de atividades comerciais e industriais, das quais se destacam: comercialização de produtos farmacêuticos; armas de fogo e explosivos; compra e venda de imóveis; serviços de restauração; hotelaria e transporte de mercadorias e passageiros; jogos de azar; serviços de vigilância; entre outros.

Embora as operações de investimento não necessitem de formalidades especiais, todas as empresas devem proceder ao seu registo junto do Registo Comercial do tribunal da área onde exercem a sua atividade, devendo, ainda, após esse facto, apresentar, ao respetivo Banco Central do Estado onde estejam localizadas, um relatório dos investimentos efetuados, para efeitos de controlo estatístico. Para além destas formalidades, qualquer empresa inscrita no Registo Comercial está obrigada a associar-se à respetiva Câmara de Comércio e Indústria do seu local de estabelecimento.

No que respeita aos apoios ao investimento, a Alemanha disponibiliza vários programas de incentivos, estaduais e municipais, atualizados regularmente de forma a corresponder às condições específicas de cada Estado, sobretudo os menos desenvolvidos da antiga Alemanha de Leste; os promotores poderão, também, aceder aos programas comunitários destinados a auxiliar as regiões menos favorecidas da Comunidade, fundamentalmente as áreas menos desenvolvidas, com baixos salários e um alto índice de desemprego, ou as regiões que possuam indústrias em crise ou em fase de reestruturação (fundos comunitários 2007-2013). A grande maioria destas ajudas é concedida por via das instituições oficiais e entidades financeiras, que funcionam como intermediários.

Os interessados podem consultar informação mais pormenorizada no Site *Germany Trade & Invest*, no tema – *Incentive Programmes* (<http://www.gtai.de/GTAI/Navigation/EN/Invest/Investment-guide/incentive-programs.html>); o quadro legal aplicável às sociedades, sistema laboral, fiscal, entre outros aspetos regulamentares relevantes, está igualmente acessível no referido Site, publicação – *Investment Guide to Germany* (<http://www.gtai.de/GTAI/Navigation/EN/Invest/investment-guide.html>).

Finalmente, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram assinados entre Portugal e a Alemanha o Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital, ambos em vigor.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Regulamento (CEE) n.º 2454/93, JOCE n.º L253, de 11 de outubro (com alterações posteriores)* – Fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário (<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1993R2454:20110101:PT:PDF>).

- *Regulamento (CEE) n.º 2913/92, JOCE n.º L302, de 19 de outubro (com alterações posteriores) – Estabelece o Código Aduaneiro Comunitário*
(<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1992R2913:20070101:PT:PDF>).

Notas: O Código Aduaneiro Modernizado – *Regulamento (CE) n.º 450/2008, JOUE n.º L 145, de 4 de junho* – substituirá o Código Aduaneiro Comunitário de 1992, quando as disposições de execução necessárias forem adotadas e aplicadas, o mais tardar em 24 de junho de 2013.

Os interessados podem consultar informação relativa a regulamentação de produtos no Site *German – Business Portal* – <http://www.ixpos.de/IXPOS/Navigation/EN/Your-business-in-germany/Market-entry/import-regulations.did=271200.html>.

Acordos Relevantes

- *Lei n.º 12/82, de 3 de junho* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital entre Portugal e a Alemanha (<http://dre.pt/pdf1s/1982/06/12600/15441576.pdf>).
- *Decreto n.º 84/81, de 8 de julho* – Aprova o Acordo Sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos entre Portugal e a Alemanha (<http://dre.pt/pdf1s/1981/07/15400/16191627.pdf>).

Para mais informação sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global, – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>.

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Para os cidadãos da União Europeia apenas é necessário o documento nacional de identificação (bilhete de identidade) ou passaporte válido.

Hora Local

UTC mais uma hora no horário de inverno e mais duas horas no horário de verão. Face a Portugal a Alemanha tem sempre mais uma hora.

Horários de Funcionamento

Os horários de funcionamento dos vários serviços variam segundo a cidade/região.

Para os estabelecimentos comerciais já não existe, em dias úteis, encerramento obrigatório em nove Estados Federados (Baden-Württemberg, Berlim, Brandenburg, Bremen, Hamburg, Hessen, Niedersachsen, Nordrhein-Westfalen, Schleswig-Holstein). Nos Estados Federados Sachsen-Anhalt, Thüringen e Mecklenburg-Vorpommern há restrições nas vésperas de Domingos. Há encerramento obrigatório em dias úteis nos Estados Federados de Bayern e Saarland (20h00-06h00), Rheinland-Pfalz e Sachsen (22h00-06h00). Aos Domingos e feriados os estabelecimentos comerciais estão encerrados por norma.

Como referência, podemos tomar os seguintes horários de funcionamento:

Serviços Públicos:

8h00-15h00 (segunda-feira a quinta-feira)

8h00-12h00 (sexta-feira)

Bancos:

09h00-16h00 (segunda-feira e quarta-feira)

9h00-18h00 (terça e quinta-feira)

9h00-14h00 (sexta-feira)

Comércio:

Lojas de bens alimentares:

07h00-20h00 (segunda-feira a sábado)

Cadeias de lojas:

09h00-18h30 (segunda-feira a sexta-feira)

09h00-14h00 (sábado)

Grandes Armazéns:

10h00-20h00 (segunda-feira a sábado)

Centros Comerciais:

10h00-21h00 (segunda-feira a sábado)

Feriados

1 de janeiro – Dia de Ano Novo

6 de janeiro – Dia de Epifania (Regional)

1 de maio – Dia do Trabalhador

15 de agosto – Dia da Assunção (Regional)

3 de outubro – Dia da Reunificação da Alemanha

31 de outubro – Dia da Reforma (Regional)

1 de novembro – Dia de Todos-os-Santos (Regional)

25 e 26 de dezembro – Natal

Feriados móveis:

Sexta-feira Santa
Segunda-feira de Páscoa
Dia da Ascensão
Segunda-feira de Pentecostes
Dia de Corpo de Deus (Regional)

Nota: Existem, ainda, feriados (assim como feriados regionais) observados apenas em alguns Estados Federados.

Corrente Elétrica

220 Volts AC, 50 Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

Embaixada da Alemanha em Portugal
Campo dos Mártires da Pátria, 38
1169-043 Lisboa
Tel.: 21-8810210 | Fax: 21-8853846
E-mail: embaixada.alemanha@clix.pt | <http://www.lissabon.diplo.de>

aicep Portugal Global
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa
Tel.: 21-7909500 | Fax: 21-7909581
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global
Rua Júlio Dinis, 748, 8º Dto
4050-012 Porto
Tel.: 22-6055300 | Fax: 22-6055399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã

Av. da Liberdade, 38 – 2º

1269-039 Lisboa

Tel.: 21-3211200 | Fax: 21-3467150

E-mail: infolisboa@ccila-portugal.com | <http://www.ccila-portugal.com>

Na Alemanha

Embaixada de Portugal em Berlim

Zimmerstr. 56

10117 Berlin - Alemanha

Tel.: 4930-590063500 | Fax: 4930-590063600

E-mail: mail@botschaftportugal.de | <http://www.botschaftportugal.de/pt/index.html>

aicep Portugal Global

Centro de Negócios em Berlim

Zimmerstr. 56

10117 Berlim – Alemanha

Tel.: 4930-2541060 | Fax: 4930-25410699

E-mail: aicep.berlin@portugalglobal.pt

aicep Portugal Global – Turismo de Portugal

Zimmerstr. 56

10117 Berlim - Alemanha

Tel.: 4930-2541060 | Fax: 4930-25410677

E-mail: edt.berlin@turismodeportugal.pt

Germany Trade and Invest GmbH

Comércio

Agrippastr. 87-93

50676 Köln - Alemanha

Tel.: 49221-20570 | Fax: 49221-2057212

E-mail: trade@gtai.de | <http://www.gtai.com>

Investimentos

Friedrichstr. 60

10117 Berlin - Alemanha

Tel.: 4930-2000990 | Fax: 4930-200099111

E-mail: invest@gtai.de | <http://www.gtai.com>

DZT - Deutsche Zentrale für Tourismus
(Centro de Turismo Alemão)
Beethovenstr. 69

60325 Frankfurt am Main - Alemanha
Tel.: 4969-974640 | Fax: 4969-751903
<http://www.germany-tourism.de>

CDH - Centralvereinigung Deutscher Wirtschaftsverbände für Handelsvermittlung und Vertrieb
(Federação Nacional dos Agentes de Comércio e Distribuição)

Am Weidendamm 1A
10117 Berlin - Alemanha
Tel.: 4930-72625600 | Fax: 4930-72625699
E-mail: centralvereinigung@cdh.de | <http://cdh24.de/en/verband/organisation>

DIHK-Deutscher Industrie- und Handelskammertag e. V.
(Federação Nacional das Câmaras de Comércio e da Indústria Alemãs)

Breitestr. 29
10178 Berlin
Tel.: 49-30-205080 | Fax: 49-30-203081000
E-mail: infocenter@dihk.de

AUMA – Ausstellungs- und Messeausschuss der Deutschen Wirtschaft e.V.
(Associação das Feiras na Alemanha)

Littenstr. 9
10179 Berlin
Tel.: 4930-240000 | Fax: 4930-24000330
E-mail: info@auma.de

KfW-Kreditanstalt für Wiederaufbau
(Banco de Fomento)

Palmengartenstr. 5-9
60325 Frankfurt am Main - Alemanha
Tel.: 4969-74310 | Fax: 4969-7431-2944
E-mail: info@kfw.de | http://www.kfw.de/EN_Home/index.jsp

Deutsche Bundesbank
(Banco central)

Wilhelm-Epstein-Str. 14
60431 Frankfurt am Main – Alemanha
Tel.: 4969-95660 | Fax: 4969-95663077
E-mail: press-information@bundesbank.de | <http://www.bundesbank.de/index.en.php>

8. Fontes de Informação

8.1. Informação Online aicep Portugal Global

Documentos Específicos sobre a Alemanha

- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/UE”
Edição: 08/2012
- Título: “Alemanha – Relações Económicas Bilaterais com a Alemanha 2007-2012 (março)”
Edição: 05/2012
- Título: “Alemanha – Informações e Endereços Úteis”
Edição: 03/2012
- Título: “Alemanha – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 03/2012
- Título: “Alemanha – Quota, Potencial e Aproveitamento das Exportações Portuguesas de Bens para a Alemanha 2006-2010”
Edição: 02/2012
- Título: “Alemanha – País em Síntese”
Edição: 02/2012
- Título: “Alemanha – Relações Económicas com Portugal”
Edição: 02/2012
- Título: “Alemanha – Guia Prático de Acesso ao Mercado”
Edição: 04/2011
- Título: “Alemanha – Moldes/Breve Apontamento”
Edição: 03/2011
- Título: “Alemanha – Vinhos/Análise sectorial”
Edição: 03/2011
- Título: “Alemanha – Oportunidades e Dificuldades do Mercado”
Edição: 02/2011

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 08/2012
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 05/2012
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 04/2012
- Título: “Aspetos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 04/2012
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 04/2012
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Proteção”
Edição: 04/2012
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 04/2012
- Título: “Rotulagem de Produtos Alimentares na UE”
Edição: 06/2009

Esta Informação *On-line*, entre outra, pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx> ou no tema “Mercados Externos” – Alemanha: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=71>.

8.2. Endereços de Internet

- Baden-Wurttemberg Business Portal – <http://www.bw-invest.de/en/home.html>
- Bremen Economic Development (WFB) – <http://www.wfb-bremen.de/en/wfb-wirtschaftsfoerderung-bremen>
- Bundestag (câmara baixa do Parlamento) – http://www.bundestag.de/htdocs_e/index.html
- Comissão Europeia (Rede SOLVIT – resolução de problemas na UE sem recurso à via judicial) – http://ec.europa.eu/solvit/site/index_pt.htm

- Customs Online – http://www1.zoll.de/english_version/index.html
- Das Deutschland-Portal – <https://www.deutschland.de/en>
- Doing Business in Germany 2012 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/germany/>
- Federal Foreign Office – http://www.auswaertiges-amt.de/sid_0FCC1031BD305691B88449163818851D/EN/Startseite_node.html
- Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) – <http://www.bmz.de/en/index.html>
- Federal Ministry of Economics and Technology (BMWi) – <http://www.bmwi.de/English/Navigation/root.html>
- Federal Ministry of Finance – <http://www.bundesfinanzministerium.de/Web/EN/Home/home.html>
- German Business Portal – <http://www.german-business-portal.info/>
- German Institute for Economic Research – <http://www.diw.de/english>
- German Patent and Trade Mark Office (DPMA) – <http://www.dpma.de/english/index.html>
- German Social Insurance – <http://www.deutsche-sozialversicherung.de/en/index.html>
- Germany Trade & Invest (GTAI Invest) – <http://www.gtai.de/GTAI/Navigation/EN/invest.html>
- Hamburg Business Development Corporation (HWF) – <http://www.hamburg-economy.de/>
- Invest in Bavaria – <http://www.invest-in-bavaria.de/en/home/>
- Invest in Brandenburg – <http://www.zab-brandenburg.de/en/18.aspx>
- Invest in Hessen (Business Portal) – <http://www.invest-in-hessen.de/dynasite.cfm?dssid=238>
- Invest in Saxony – http://www.invest-in-saxony.de/en/Startseite_EN/97770.html

- Portal Europeu da Mobilidade Profissional (EURES) – trabalhar na Alemanha – <http://ec.europa.eu/eures/main.jsp?countryId=DE&acro=lw&lang=pt&parentId=0&catId=0®ionIdForAdvisor=®ionIdForSE=%®ionString=DE0|%20:>
- Portal da União Europeia – http://europa.eu/index_pt.htm
- Portal das Comunidades Portuguesas – Conselhos aos Viajantes – Alemanha – <http://www.secomunidades.pt/web/guest/listapaises/GM>
- Press and Information Office (Federal Government) – <http://www.bundesregierung.de/Webs/Breg/EN/Homepage/home.html>
- Segurança Social – Destacamento de Trabalhadores nos Estados da UE – <http://www1.seg-social.pt/left.asp?02.05.01>
- Setting up a Business – <http://www.existenzgruender.de/englisch/>
- Start-ups – Your Europe – Business (Germany) – http://ec.europa.eu/youreurope/business/starting-business/setting-up/germany/index_en.htm